

A DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL

Rui Mauro Marini

Sumário

I

Política e luta de classes

A primeira ranhura na coalizão dominante

Latifúndio contra a indústria

A cisão horizontal

O bonapartismo de Quadros

Goulart e a colaboração de classes

A radicalização política

A intervenção militar

II – Ideologia e práxis do subimperialismo

A integração imperialista

As alternativas do desenvolvimento capitalista brasileiro

A política de interdependência

O complexo industrial-militar

Subimperialismo e a revolução latinoamericana

O caráter da revolução brasileira

O compromisso político de 1937

A ruptura da complementaridade

A investida imperialista

Imperialismo e burguesia nacional

O subimperialismo

Revolução e luta de classes

I

O golpe militar que depôs o presidente constitucional do Brasil, João Goulart, em abril de 1964, foi apresentado pelos militares brasileiros como uma revolução e definido, um ano depois, por um de seus porta-vozes, como uma "contrarrevolução preventiva". Por suas repercussões internacionais, sobretudo na América Latina, e ante as concessões econômicas que trouxe aos capitais norte-americanos, muitos o consideram simplesmente como uma intervenção disfarçada dos Estados Unidos. Esta opinião é compartilhada por certos setores da esquerda brasileira que, sem dúvida, nunca souberam explicar porque, no exato momento que pareciam chegar ao poder, este lhes foi arrebatado "repentinamente", sem que disparassem ao menos um só tiro.

Parece-nos que nenhuma explicação de um fenômeno político é boa, se o reduz a um só de seus elementos, e que é decididamente má, se toma por chave justamente um fator que o condiciona de fora. Num mundo caracterizado pela interdependência, e mais que isso pela integração, nada pode negar a influência dos fatores internacionais sobre as questões internas, principalmente quando se está em presença de uma economia das chamadas *centrais, dominantes ou metropolitanas*, e de um

país periférico, subdesenvolvido. Mas em que medida se exerce essa influência? Que força têm os fatores específicos da sociedade sobre a qual atua?

O Brasil, com quase 90 milhões de habitantes e uma economia industrialmente diversificada, é uma realidade social complexa, cuja dinâmica, ainda que condicionalmente limitada no quadro internacional em que se insere, repele interpretações unilaterais. Sem uma análise da problemática brasileira, das relações de força ali existentes entre os grupos políticos, das contradições das classes que se desenvolveram com base em uma determinada configuração econômica, não poderá compreender a mudança política que vem sofrendo a partir de 1964. Pior que isto, não se poderá relacionar esse desenvolvimento político com a realidade econômico-social, que se encontra em sua base, nem avaliar as perspectivas prováveis de sua evolução. Perspectivas que, no final das contas, não se referem tão somente ao Brasil, senão a toda a América Latina.

Política e luta de classes

A história política brasileira apresenta neste século duas fases bem caracterizadas. A primeira, que vai de 1922 a 1937, é marcada por grande agitação social, por várias revoltas e uma revolução, a de 1930. Suas causas podem ser encontradas na industrialização que se procedeu no país na década de 1910, graças, sobretudo, à guerra de 1914, que levou a economia brasileira a realizar um esforço considerável para substituição das importações. A crise mundial de 1929 e suas repercussões sobre o mercado internacional tendem a manter em baixo nível a capacidade de importação do país, acelerando assim o seu processo de industrialização.

As transformações que se operam na estrutura econômica, nesse período, se expressam socialmente no surgimento de uma nova classe média, quer dizer, de uma burguesia industrial diretamente vinculada ao mercado interno e de um novo proletariado, que passam a pressionar os antigos grupos dominantes a fim de obter um lugar na sociedade política. O que resultou das lutas desencadeadas por esse conflito foi, por intermédio da revolução de 1930, um compromisso – o “Estado Novo”, de 1937, sob a ditadura de Getúlio Vargas – com a qual a burguesia se estabilizou no poder, em associação com os latifundiários e os velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabeleceu um esquema particular de relações com o proletariado. Neste esquema, o proletariado será beneficiado por uma série de concessões sociais (concretizadas, sobretudo na legislação trabalhista do “Estado Novo”) e, por outro lado, enquadrado numa organização sindical rígida, que o subordinará ao governo, dentro de um modelo do tipo corporativista.

A primeira ranhura na coalizão dominante

Com pequenas mudanças, apesar da derrota de 1945 da ditadura Vargas, esse compromisso político, esse contrato social, se se pode chamar assim, se mantém estável até 1950. Começa então um novo período de agudas lutas políticas, das quais o suicídio de Vargas (que retornara ao poder através de eleições), em 1954, é o primeiro fruto, e que acabaram por conduzir o país, em dez anos tormentosos, ao golpe militar de 1964. Na raiz dessas lutas encontramos o esforço da burguesia industrial para colocar a seu serviço o aparato do Estado e os recursos econômicos disponíveis, rompendo ou pelo menos transgredindo as regras do jogo que se haviam fixado em 1937. As razões, na verdade, são mais profundas: assiste-se, nesse período, à deterioração das condições nas quais se baseavam essas regras, o que se deve, em parte, ao crescimento constante do setor industrial, mas também às dificuldades que, aparecendo primeiramente no setor externo, fizeram com que a complementaridade até então existente entre o desenvolvimento industrial e as atividades agrário-exportadoras se convertessem numa verdadeira oposição.

Junto à cisão vertical que se produzia entre as classes dominantes, as pressões das massas em busca de novas conquistas sociais romperam o dique que a ditadura lhes havia imposto desde 1945 e que o governo forte do Marechal Dutra (1945 – 50) havia sustentado. A força ascendente do movimento de massas, já expressa na eleição de Vargas para presidente da república (quando pela primeira vez no Brasil chega ao poder um candidato da oposição), é incentivada pela burguesia, que nela se apóia para quebrar a resistência das antigas classes dominantes. Essa aliança era possível porque, propondo um amplo programa de expansão econômica, a burguesia abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de vida da classe operária e das classes médias urbanas, criando assim uma gama de interesses comuns que tendiam a se expressar politicamente num comportamento homogêneo. Essa tendência seria acentuada pela burguesia através do controle das direções sindicais (via Ministério do Trabalho) e pelo impulso que deu às ideias nacionalistas, que lhes permitiram exercer um controle ideológico sobre as massas.

Refletindo essa correlação de forças, Getúlio Vargas não tardaria a definir-se por uma política progressista e nacionalista, da qual foram frutos: a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; a decisão em concretizar o Plano Salte (programa de inversões públicas

dos setores de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia); o Plano Nacional de Rodovias e o Fundo Nacional de Eletrificação; o reequipamento da marinha mercante e do sistema portuário; o monopólio estatal do petróleo (Petrobrás) e o projeto de monopólio estatal de energia elétrica (Eletrobrás). O envio ao Congresso de um projeto de lei limitando os lucros excessivos, e os pronunciamentos favoráveis à restrição de remessa de lucros, foram acompanhados pelo governo de uma política trabalhista, destinada a atrair o apoio operário e que Vargas confia a um jovem gaúcho desconhecido, chamado João Goulart, a quem nomeia Ministro do Trabalho.

Num esforço para mobilizar de modo orgânico as massas operárias, Goulart lançou mão de diferentes métodos, desde o aumento de 100% de salário mínimo (congelado desde 1945) até a organização unitária das direções sindicais. A demonstração de força que representou o I Congresso Nacional de Previdência Social no Rio, e os ataques que ali, rodeado de conhecidos líderes comunistas, lançou Goulart contra as oligarquias dominantes e a exploração imperialista chocaram a direita e assustaram as classes dominantes com a ameaça de uma *"república sindicalista"*, do tipo peronista. As estreitas relações de amizade que mantinha o Brasil de Vargas e a Argentina de Perón reforçaram esse temor. Pressionado furiosamente, Goulart se viu obrigado a abandonar o Ministério e exilar-se no Uruguai.

Era, para Vargas, o princípio do fim. Retrocedendo ante a reação direitista, tratou de acalmar a fúria da oposição com várias medidas, entre elas a Lei de Segurança Nacional e a prorrogação e ampliação do acordo militar Brasil-Estados Unidos. A primeira, sem consequências imediatistas, criava o marco jurídico para repressão do movimento popular que o governo militar de 1964 utilizaria amplamente; o segundo punha definitivamente as Forças Armadas brasileiras sob a influência do Pentágono norte-americano. Mas o melhor exemplo da política de conciliação de Vargas foi a reforma cambial de 1953, através da qual buscou incrementar as importações (realizadas sob o controle governamental no mercado oficial), ao mesmo tempo em que, transferindo-as para o mercado livre, liberava a entrada e saída de capitais.

Essa reforma cambial, se teve pouca influência sobre as exportações, comprimiu contudo fortemente o nível das importações, equilibrando providencialmente as dívidas externas do país, ainda que boa parte do saldo assim obtido tenha sido absolvido pela evasão de divisas, permitida pelo novo sistema. A queda do preço internacional do café e a redução do volume das exportações brasileiras fizeram com que, em 1954, a balança comercial voltasse a apresentar déficit, lançando novamente a economia em uma grave crise cambial. Internamente a marcha da inflação (a média mensal dos preços passa de 175 em 1953 a 222 em 1954) leva o movimento trabalhista a reivindicar reajustes de salários, contando agora os sindicatos com o recurso efetivo de greve (cujo direito fora conquistado com a grande greve dos metalúrgicos, vidraceiros e gráficos de São Paulo, em 1953).

Sobre essa base se intensificou a campanha da direita dirigida por um jornalista chamado Carlos Lacerda em oposição a Vargas, cuja política de conciliação o separou das massas, atraindo a oposição de suas forças organizadas, sobretudo dos comunistas. Um atentado de assassinato contra Lacerda, ainda que frustrado, proporcionou o pretexto para a exigência da renúncia do presidente, visto que vários membros de seu gabinete haviam estado comprometidos. Na madrugada de 24 de agosto, virtualmente deposto, Getúlio Vargas suicidou-se, dando um tiro no coração.

"Uma vez mais – dizia uma mensagem póstuma divulgada pouco depois por Goulart – as forças e os interesses contrários ao povo se uniram e novamente se desencadearam contra mim". Depois de denunciar como responsáveis pela sua morte os grupos econômicos nacionais e internacionais, Vargas concluía: *"lutei mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, suportando tudo em silêncio, esquecendo tudo, renunciando a mim mesmo para defender o povo que agora se encontra desamparado. Não posso dar nada mais que não seja o meu próprio sangue"*.

Encerrava-se assim um período de governo que marcou a eclosão das contradições que vinham gestando desde muito no processo de desenvolvimento econômico do Brasil. O ponto básico a se considerar é que a indústria nacional se expandiu graças ao sistema semi-colonial de exportação, que caracterizou a economia brasileira antes dos anos trinta, e que essa indústria não sofreu limitações ou concorrência sensível em virtude das condições excepcionais que haviam criado a crise de 1929 e o conflito mundial. O compromisso político de 1937 havia tomado por base essa realidade objetiva. Nos anos cinquenta, a situação mudava. Enquanto a indústria se empenhava em manter altos tipos de câmbio, o que a leva a chocar-se com o setor agrário-exportador, cujos lucros se encontravam assim diminuídos, visto que já não podia oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionava em outros tempos. Pelo contrário, muitas vezes se fez necessário que, através da formação de estoque generosamente pagos, o governo garantisse o lucro dos plantadores e exportadores, estoque que na verdade correspondia à imobilização de recursos necessários à atividade industrial.

A crise do setor externo da economia brasileira expressava, portanto, a ruptura da complementaridade que havia caracterizado as relações da indústria com as atividades agrário-exportadoras, e se agrava com outro elemento: a remuneração do capital estrangeiro. Como observa Caio Prado Junior, os gastos anuais médios relativos à exportação de capital foram, no período de

1949-53, de quase 3 bilhões de cruzeiros, soma apenas superada pela exportação de café e muito superior à que se gastou na importação de equipamentos mecânicos e veículos de motor que constituíam suplementos essenciais à economia.¹ Como a remuneração do capital estrangeiro só pode cobrir-se normalmente com recursos da exportação, era evidente a interação desses elementos do setor externo e de suas repercussões sobre os interesses da indústria.

As lutas políticas de 1954 refletiriam o aguçamento dessas contradições da sociedade brasileira e terminaram com uma trégua, não com uma solução. Depois da morte de Vargas, efetivamente se tentou um compromisso, entregando a presidência a Café Filho, vice-presidente, cuja candidatura fora apresentada pelo Partido Socialista, enquanto que se rodeava de um Ministério onde a direita era bem representada. O importante Ministério da Fazenda ficou nas mãos de Eugenio Gudin, abertamente favorável à mais estreita colaboração com o capital estrangeiro e contrário a todo programa intensivo de industrialização.

Esse compromisso mostrava na realidade o impasse em que se encontravam as forças brasileiras. O governo abandonou os projetos arrojados de Vargas para fazer o que se chamou "*uma sondagem da política econômica a fim de regressar a seu modelo convencional, preocupado com a estabilidade através da contenção da demanda global*".² Até 1956 nenhuma iniciativa importante marcou a ação governamental, capaz de alterar o equilíbrio relativo que se estabeleceu entre os grupos dominantes, com exceção da Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito, atual Banco do Brasil.

Essa Instrução, sem alterar o sistema cambial vigente, dava facilidades excepcionais ao ingresso de capitais estrangeiros, na medida em que permitia que as máquinas e equipamentos introduzidos no Brasil por empresas estrangeiras, não tivessem cobertura cambial, exigência que se mantinha para as empresas nacionais. Com essa norma, combinada à lei 2.145/54, entre os anos de 1955 a 1961, a importação total de capitais estrangeiros, sob a forma de financiamentos ou investimentos diretos que entraram no país foi de 2.300 milhões de dólares. Fato que, como veremos, não poderia deixar de influenciar o equilíbrio social e político existente.

Por este meio a burguesia industrial tomava posição frente à crise que havia surgido no setor externo. Desesperada pela escassez de divisas, que ameaçava de colapso todo o sistema industrial, a burguesia aceitava aquele fornecimento de divisas necessárias à superação dessa crise, por parte dos grupos estrangeiros, concedendo-lhes em troca uma ampla liberdade de entrada e de ação, renunciando, portanto, à política nacionalista que se havia esboçado com Vargas. As condições especiais da economia norte-americana, mais que nunca necessitada de novos campos de inversão, garantia o acordo.

Latifúndio contra indústria

É evidente que esse acordo não foi firmado enquanto se tomava chá. Em novembro de 1955, depois de uma tentativa da direita para ficar só no poder, verificou-se o que se chamou com eufemismo o "*contragolpe de 11 de novembro*", sob o comando do Ministro da Guerra, Teixeira Lott. Assegurou-se assim a posse do poder na presidência e vice-presidência da república, dos candidatos eleitos em outubro pela coalizão do Partido Social Democrata e o Partido Trabalhista: Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Desde o primeiro ano de seu governo, 1956, o novo presidente lançou um ambicioso programa de desenvolvimento econômico – o Plano de Metas – cuja aplicação começou no ano seguinte. Ainda que a iniciativa privada contasse com facilidades alfandegárias e estímulos fiscais, o Plano se apoiava, principalmente, nas inversões públicas em setores básicos e nos ingressos de capital estrangeiro. Para manter o ritmo previsto, fazia-se necessário uma inversão monetária importante nas obras públicas e na construção civil. Kubitschek preferiu concentrá-las, *ad suam majorem gloriam*, na edificação de uma nova capital: Brasília.

A expansão econômica que se logrou foi apreciável; mas há que se examinar as condições em que se produziu, para que se compreenda como evoluíram as relações de classe. Um primeiro ponto que se deve destacar é a participação do capital estrangeiro. Diremos que o total de inversões e financiamentos de origem externa somou quase 2.500 milhões de dólares para o período, o que indica um esforço considerável da posição dos grupos estrangeiros na economia brasileira. As formas específicas que assume esse esforço só podem ser compreendidas se assinalarmos que quase a totalidade dessa soma destinou-se a atividades infraestruturais e à indústria leve e pesada e, se considerarmos que grandes partes desses capitais, de difícil estimação, vieram como associados a empresas nacionais que, assim procedendo, aproveitavam-se da facilidade criada pela Instrução 113

¹ Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense – 1959, p. 231.

² Comissão de Desenvolvimento Econômico – CEPAL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico do Brasil, *15 anos de política econômica do Brasil*, 1964, mimeografado, p.16.

para a importação de equipamentos sem cobertura cambial. É natural, portanto, que em virtude do crescimento da intervenção do setor estrangeiro na economia e dos laços que o mecanismo da associação estabeleceu entre esse setor e o nacional, grupos econômicos internacionais viessem a aumentar sua influência dentro da sociedade brasileira.

Outra conseqüência teria sido a ampliação da intervenção do setor estrangeiro e sua repercussão sobre as relações existentes entre o setor industrial e o agrário-exportador. Evidentemente, a deterioração da situação econômica desse último, que já assinalamos, não correspondeu à depreciação de sua força política. Isso não se deveu tão somente à firme posição que ocupava na estrutura política, nem apenas ao domínio que exercia sobre a massa camponesa, decisivo no jogo eleitoral, mas também à dependência em que se encontrava, todavia, a indústria, em relação à exportação, fonte de divisas para suas importações, dependência que a expansão do setor estrangeiro vem acentuar:

*"... os lucros obtidos pelas empresas imperialistas no Brasil só podem ser liquidados (e só então constituirão, para eles, verdadeiros lucros) com os saldos de nosso comércio exterior, por ser da exportação de onde procedem nossos recursos em moeda estrangeira. Descontada a parte desses recursos que se destinam a pagar as importações, é do saldo restante, e somente dele, de onde poderá sair o lucro das inversões feitas aqui pelos trustes".*³

Esta observação tem implicações seguras na análise das relações de classe, tal como se desenvolveram nesse período. É fato evidente que a trégua que se estabeleceu entre os grupos industriais e agrário-exportadores, na fase de execução do Plano de Metas, terminou por traduzir-se num incremento de solidariedade mútua, graças à influência do capital estrangeiro investido na indústria, à qual importava muito mais o aumento dos lucros da exportação. Compreende-se assim que no processo de intensiva capitalização que representou o período de Kubitschek, a indústria tenha permitido, sem protestar, que uma boa parte do aumento da produtividade urbana fosse transferida para o setor agrário-exportador, por meio da mecânica dos preços,⁴ como incentivo às atividades desse setor, e que haja igualmente aceito a política de "armazenamento" do café, destinado a sustentar os preços internacionais do produto, que absorveu, entre 1954 e 1960, nada menos que 147 bilhões de cruzeiros, correspondentes a uma média anual de 1,32% do produto nacional bruto.⁵

Porém, se a contradição entre os setores industriais e agrário-exportadores tendia a diminuir, outra oposição, nova de certa maneira, fazia sua aparição na economia brasileira. O exame do quadro de preços de "intercâmbio" entre os produtos agrícolas e industriais não mostra tão somente uma transferência de renda urbana para a agricultura em geral, senão que, em particular uma forte transferência para a agricultura que produz para o mercado interno.⁶ Se se considerar que, no período de 1955-60, em que se acentuou essa tendência, a taxa de expansão da produção agrícola para o mercado interno diminuiu (passando de 4,9% no período de 1947-54, para 4,3% em 1955-60), enquanto se elevou a taxa anual do crescimento industrial (de 8,8% a 10,4% nos períodos considerados), se concluirá que a aceleração da transferência de rendimentos relativos à produtividade urbana para o campo deve-se basicamente, a uma rigidez relativa da oferta de bens agrícolas frente a uma demanda urbana crescente.⁷

A causa fundamental dessa rigidez não deve ser buscada muito longe:

"Todos os estudos e investigações sobre as causas do atraso relativo da agricultura brasileira, de sua baixa produtividade e da pobreza das populações rurais conduzem, unânime e inevitavelmente, à identificação de suas origens na deficiente estrutura agrária de país" - dirá o governo de Goulart, ao lançar seu Plano Trienal de Desenvolvimento, afirmando que:

³ Caio Prado Júnior, op. cit. pg. 325.

⁴ Os preços agrícolas passaram do índice de 222,6 em 1954 para 686,3 em 1960, entretanto o índice dos preços industriais subiu de 204,2 para apenas 462,4 nos anos considerados (1949-1960). *Síntese do Plano Trienal de Desenvolvimento*, publicado pela Presidência da República do Brasil, dezembro de 1962, p.126.

⁵ Comissão de Desenvolvimento Econômico – CEPAL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico do Brasil, *15 anos de política econômica do Brasil*, 1964, mimeografado, p. 66.

⁶ Se o índice relativo dos preços agrícolas em geral e os preços industriais, tomando por base 1949, passaram de 118,8 em 1955 para 148,4 em 1960, os preços dos produtos agrícolas para o mercado interno elevou-se de 109 para 147,6, apresentando pois, uma subida muito mais rápida. *Síntese do Plano Trienal*, p. 126.

⁷ *Ibidem*, p. 127.

"O traço característico dessa estrutura agrária arcaica e superada, que se encontra em conflito perigoso com as necessidades sociais e materiais da população brasileira, é a absurda e antieconômica distribuição das terras".⁸

Essa estrutura, que deixa nas mãos de menos de 26% dos proprietários mais da metade das terras, enquanto mantém, em 10% destas, 75% da população ativa rural, em condições de baixa produtividade, coloca a maioria dos camponeses em situação permanente de subemprego e de miséria, permitindo, além do mais, que através do aluguel da terra toda a riqueza produzida no setor agrícola seja apropriada por uma minoria de latifundiários. Tal estrutura constitui um obstáculo para a ampliação do mercado interno para os produtos industriais. Portanto, num momento em que as inversões estrangeiras na indústria tendem a minimizar o divórcio crescente entre os interesses industriais e os do setor agrário-exportador, a oposição entre a indústria e a agricultura, no mercado interno, agrava a contradição existente entre o setor industrial e o setor agrícola, globalmente. A consequência é a necessidade de implantação cada vez mais urgente da reforma agrária.

Esta verdade será ainda mais evidente quando, a partir de 1966, declina a entrada dos capitais estrangeiros, ao mesmo tempo em que, passado o período de maturação das inversões, os grupos internacionais voltam a pressionar sobre a balança de pagamento, para exportar seus "benefícios". Nesse momento - sobretudo grave pela tendência à baixa dos preços de exportação - a expansão industrial brasileira se verá contida de duas maneiras: desde o exterior, pela crise da balança de pagamento, que não deixa outra alternativa senão desvalorizar a moeda, dificultando, todavia, mais ainda as importações essenciais, ou conter a exportação de benefícios e ampliar o mercado internacional para os produtos brasileiros; e desde o plano interno, pelo esgotamento do mercado para os produtos industriais, que só poderá se ampliar através de reforma da estrutura agrária. Aí se funde, desde o ponto de vista da burguesia industrial, o binômio *política externa independente-reforma agrária*, que dominará o debate político a partir de 1960. De maneira geral, este dilema é o mesmo que se apresentou durante os anos 1953-54 e que desencadeou a crise política culminada pelo suicídio de Vargas. Poder-se-ia dizer, então que, com ajuda sobretudo da Instrução 113, logrou-se superar a crise sem solucioná-la e que seu abafamento só conduziu a que tornasse a se apresentar com maior violência. Aqui está onde devemos verificar o comportamento de fatores que, tendo todavia um papel secundário na crise de 1954, haviam continuado a se desenvolver.

A cisão horizontal

Dizemos que, graças sobretudo ao aluguel da terra, a estrutura agrária brasileira permite a drenagem de toda a riqueza produzida no campo para uma minoria de grandes proprietários. Mais grave é o fato de que qualquer mudança tecnológica introduzida no trabalho agrícola, como a utilização de equipamentos e fertilizantes produzidos pela indústria, não se reflete em uma melhoria real da situação do camponato. Ao contrário, é fonte de desemprego, que força o trabalhador rural a fugir para as cidades, aonde vai, por um lado, somar-se ao triste quadro das favelas cariocas, aos mocambos do Recife, às cidades satélites de Brasília e, por outro lado, levar ao aviltamento do nível dos salários urbanos, pelo aumento da oferta de mão-de-obra. Ademais, enquanto a introdução da tecnologia na agricultura aumenta o nível da produtividade (subiu de 100, em 1950, para 127,7, em 1960, o produto por pessoa ocupada na agricultura), essa estrutura impede que esses lucros cheguem às mãos dos trabalhadores, passando o aumento de produtividade a significar tão somente a intensificação da exploração do trabalho. É natural, pois, que na segunda metade da década de 50 se aguçassem as lutas no campo pela posse da terra. Em 1958, surge na Galiléia, Pernambuco, a primeira liga camponesa, sob a liderança de Francisco Julião. O movimento se amplia rapidamente e, em pouco tempo, se alastra até o Nordeste e chega ao Sul, sobretudo ao velho e oligárquico Estado de Minas Gerais. A princípio, por mera associação de autodefesa e solidariedade, as ligas camponesas não tardam a situar-se no cenário político com uma bandeira arrancada das mãos das classes dominantes: a reforma agrária radical. O Congresso Nacional dos Camponeses, realidade em 1961, em Belo Horizonte, com uma representação de mais de mil líderes rurais de todo o país, expressa a afirmação definitiva do movimento camponês. A reforma agrária deixa de ser um tema para discussão dos experts e se converte em um dos fatores mais importantes da luta de massas no Brasil.

De uma maneira mais sutil, a questão agrária influirá também sobre o movimento de massas na cidade, suprimindo constantemente, com seus excedentes, o mercado urbano de trabalho. A estrutura agrária brasileira contribuía para que o nível dos salários se mantivesse estacionado, ao mesmo tempo em que, pelo aumento desproporcionado dos preços agrícolas, forçava violentamente a alta do custo de vida. O fenômeno afetava também a classe média assalariada, cujas rendas estiveram sempre em função do salário mínimo operário.

⁸ Ibidem, p. 140-141.

Essa tendência era reforçada pela política geral do governo e se constituía numa necessidade do programa de industrialização, o qual dependia de capitais. “Durante o período do Plano de Metas – diz um estudante do Centro de Desenvolvimento econômico CEPAL-BNDE – procurou-se manter constantes os salários nominais, resistindo-se à concessão de reajustes e facilitando-se a captação de poupanças forçadas dos setores de rendas contratuais”. E conclui: “É evidente que o fator maior para o êxito dessa política foi a presença de uma oferta flexível de mão-de-obra, sem um elevado grau de organização sindical... (sendo o) comportamento salarial de indiscutível importância para a obtenção de altas taxas de inversão”.⁹

Graças a esse expediente, foi possível conter de maneira relativa as pressões inflacionárias nesta fase de intenso desenvolvimento econômico, de tal maneira que a taxa de inflação que fora de 14,9% em 1953, não foi mais além da média de 22,7%, no período de 1957-59. Desde 1959, sem dúvida, um fator perturbador interveio no comportamento da economia, representado pela ascensão espetacular dos movimentos reivindicativos da classe trabalhadora, que vem a pressionar para deter a queda do poder de compra dos salários. A razão direta desta tendência pode se encontrar na elevação brusca do custo de vida, determinada principalmente pela alta dos preços dos produtos alimentícios, que volta a ser sensível a partir desse ano.

Essa elevação do custo de vida coincide com a aceleração do grau de organização sindical da classe operária. Com efeito, enquanto cresciam pela industrialização os efetivos do exército operário, os sindicatos passaram a buscar fórmulas para superar os obstáculos à sua ação comum, que derivavam da legislação herdada do “Estado Novo”. Na impossibilidade imediata de formar uma diretriz única, os “pactos de ação conjunta” permitiram-lhes coordenar suas ações. Isso foi sentido especialmente pelos trabalhadores das empresas estatais ou para-estatais – como a Petrobrás, os ferroviários e as administrações dos portos – cuja importância econômica e estratégica lhes proporcionava maior poder de discussão. A chamada “greve de paridade”, que reuniu no Rio de Janeiro desde fins de 1960 os portuários, estivadores e marítimos, com o apoio de outras categorias, foi uma demonstração de força do movimento trabalhista, cuja importância demonstra que não foi possível ao governo detê-la através do manejo dos pelegos a serviço do Ministério do Trabalho.

A consequência é que a curva dos salários que depois de período estacionário apresentou uma tendência ao descenso desde 1956 indica, a partir de 1961, uma ligeira recuperação. Ao intento das classes empresariais de barrar a pressão sindical com novos aumentos de preços (o custo de vida subiu de 24% em 1960 para 81% em 1963), a classe operária contesta com obtenção de reajustes salariais. Isso se nota quando se considera que o salário mínimo urbano, no período de 55-60, manteve-se estável cada 25 meses e passa a reajustar-se todos os anos depois de 1961 e até de 6 em 6 meses a partir de 1963.

A inflação é normalmente um mecanismo pelo qual as classes dominantes de uma sociedade buscam melhorar sua participação no montante das riquezas produtivas. No Brasil, no ano de 1960, sua aceleração indicava uma luta entre preços e salários que apenas significava que a inflação, como instrumento de acumulação de capital, deixava de ser eficaz. Era impossível continuar financiando a industrialização através de arrochos forçados, quando se tinha o nível de vida popular comprimido ao máximo (graças à erosão constante a que haviam estado submetidos os salários) e um movimento sindical em melhores condições para se defender. Paralelamente à disputa entre as classes dominantes pelos lucros originados do aumento da produtividade (que mostramos ao tratarmos da relação entre preço industrial e agrícola), essas classes tinham que enfrentar agora a resistência oposta pelas massas populares. Inutilmente a taxa de inflação saltava de 25%, em 1960, para 43% em 1961, de 55% em 1962 para 81% em 1963; de um mecanismo de distribuição de renda em favor das classes dominantes o processo inflacionário converte-se em uma luta de morte para todas as classes da sociedade brasileira pela própria sobrevivência e não poderia terminar de outra maneira senão colocando essa sociedade frente à necessidade de uma solução de força.

O desenvolvimento econômico que o país experimentou desde a segunda década do século o havia conduzido a uma crise que foi possível se contornar em 1954 graças ao insuficiente grau de aguçamento das contradições que continha. Nos primeiros anos da década de 60, sem dúvida, tais contradições assumiram um caráter muito mais grave, não somente do ponto de vista das relações externas, como pretendem muitos, senão também do ponto de vista das oposições que se haviam desenvolvido no interior mesmo da sociedade. A cisão vertical que opunha a burguesia ao setor agrário-exportador e aos grupos estrangeiros, em 1954, se somava, agora, horizontalmente, a oposição entre as classes dominantes como um todo e as massas trabalhadoras da cidade e do campo.

⁹ Comissão de Desenvolvimento Econômico – CEPAL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico do Brasil, *15 anos de política econômica do Brasil*, 1964, mimeografado, p. 63.

O bonapartismo de Quadros

De janeiro de 1961 a abril de 1964, o país presenciou três tentativas de implantar um governo forte, tentativas que se basearam em diferentes coalizões de classe que refletiram, em última análise, a correlação real de forças na sociedade brasileira. A primeira, concretizada no governo de Jânio Quadros, que sucedeu por via eleitoral à Juscelino Kubitschek, representou um ensaio de bonapartismo carismático, ungido de legalidade e tido como progressista em grau suficiente para obter a adesão das massas, ao mesmo tempo em que era bastante livre de compromissos partidários para que, em nome do interesse nacional, pudesse arbitrar os conflitos de classe. Não pertencendo aos quadros do principal partido que o apoiou - a União Democrática Nacional - e sendo por sua natureza contrário à atuação política baseada em forças organizadas, Quadros era ainda mais indicado para esse papel, em virtude da ambigüidade que havia marcado sua chegada ao poder: candidato da direita, lograra enorme penetração popular, graças aos temas *estabilidade monetária, reformas estruturais, política externa independente*, nos quais centrou sua campanha eleitoral.

Declarado presidente, rodeou-se de um Ministério conservador e inexpressivo, deixando claro, desde o princípio, que governaria só, pois seus ministros eram somente secretários particulares. Sua primeira medida de governo foi reprimir violentamente, inclusive mobilizando uma parte da *esquadra*¹⁰, uma greve estudantil sem importância, irrompida no Recife. Após isso, seu comportamento foi o de um déspota, menosprezando qualquer tipo de pressão e mostrando um soberano desprezo pelos sindicatos, pelas direções estudantis, órgãos patronais, partidos políticos, enfim, por qualquer forma de organização.

Sua iniciativa mais notável foi a reforma geral do esquema cambial. Por meio da Instrução 204 da SUMOC¹¹ e seu complemento, ficou abolido o sistema adotado em 1953, extinção que alcançava a todos os regimes estabelecidos sob esse sistema, inclusive a Instrução 113. O novo esquema cambial criava um só mercado para as importações e exportações, onde a taxa de câmbio se fixava livremente, deixando assim de ser um dos instrumentos primordiais da política econômica. O governo substituiu esse instrumento pela tributação interna sobre as importações e exportações, pela utilização de cotas de retenção dos lucros e pela emissão de bônus de importação. Aumentava, desse modo, as disponibilidades do tesouro público, ao mesmo tempo em que beneficiava as exportações, graças à desvalorização monetária provocada pela Instrução 204.

A nova política cambial foi considerada, pelos setores da esquerda, como uma capitulação de Quadros frente aos interesses do setor agrário-exportador e dos grupos estrangeiros, estes representados pelo Fundo Monetário Internacional. Isso nos parece uma simplificação. É significativo, com efeito, que os grandes grupos econômicos, quer sejam da indústria ou da agricultura e do comércio de exportação (em um palavra, a economia de São Paulo), aplaudissem as diretrizes governamentais. A oposição partiu, sobretudo, dos produtores de café de tipo inferior, principalmente do Estado de Paraná e dos grupos comerciais a eles ligados, cuja atividade antieconômica foi penalizada por Quadros através da tributação diferencial. Também se opuseram os setores industriais que se encontravam em situação econômica difícil ou que estavam, todavia, em fase de implantação (necessitados, portanto, dos privilégios concedidos pelo antigo sistema cambial), que têm seu melhor exemplo na indústria têxtil de todo o país e na jovem siderurgia de Minas Gerais.

A liberação dos câmbios tinha, pois, um duplo objetivo: desafogar o setor externo, abrindo perspectivas para superar a grave crise em que vivia, ampliando ao mesmo tempo os recursos do Estado para atender aos compromissos da dívida exterior e permitir, através de um maior liberalismo econômico, que a economia interna marchasse para uma "racionalização", quer dizer, eliminasse todos os setores considerados antieconômicos ou ainda incapazes de enfrentar a competição. Não é necessária muita perspicácia para ver que isso deixava as empresas médias e pequenas ao apetite dos grandes grupos econômicos.

A mesma tendência manifestou-se na política relativa ao capital estrangeiro. Anulando privilégios que existiam até então, a Instrução 204 não estabelecia qualquer limitação à sua atividade. O projeto de lei, apresentado ao Congresso pelo governo, no qual se propunha regulamentar a exportação de "benefícios", se baseava, por sua vez, em métodos liberais, principalmente a tributação. Nenhum limite quantitativo se estabelecia ali à exportação de "benefícios" e tão somente se ofereciam vantagens fiscais àqueles que reinvestiam no país.

Simultaneamente, o governo tratou de aliviar o setor externo em outras direções: primeiro, negociando a recomposição da dívida externa, enquanto pressiona a obtenção de novos créditos nos Estados Unidos e na Europa e, um pouco mais tarde, também nos países socialistas; segundo, pleiteando a reformulação do comércio exterior, com o objetivo de ampliar o mercado para as

¹⁰ Com este termo o autor se refere ao Exército ou a Polícia Militar (*N. do E.*).

¹¹ Superintendência da Moeda e do Crédito (*N. do E.*).

exportações tradicionais, mas também para diversificar as exportações, com a inclusão de produtos manufaturados.

É natural, pois, que a diplomacia brasileira apresentasse mudanças sensíveis. Quadros iniciou conversações para normalizar as relações com países socialistas, em especial com a União Soviética (interrompidas desde 1947); enviou uma missão comercial à China, encabeçada pelo vice-presidente Goulart; iniciou uma ativa política africana com a abertura de novas embaixadas e consulados e enviando missões comerciais aos jovens países da África; esboçou também uma política nova em relação à América Latina.

Nesse campo, a questão cubana desempenha um papel importante. Manifestando sempre sua simpatia pela Revolução de Castro, Quadros reprova abertamente a tentativa de invasão de 1961 e define sua posição: o povo cubano tem o direito a se autodeterminar e há que se impedir que, com referência à questão cubana, os países latino-americanos se convertam em mero joguetes no conflito americano-soviético. A única solução é a constituição de um bloco autônomo, que sirva de contrapeso à influência norte-americana e permita à América Latina solucionar livremente seus problemas. Este bloco, nas condições vigentes em 1961, tenderia a ter o Brasil e a Argentina como pólos. Em abril desse ano, em Uruguiana, na fronteira entre os dois países, Quadros e Frondizi põem-se de acordo sobre esta questão.

A política externa constituiu o ponto mais importante do governo de Quadros, que a utilizou, conscientemente, não somente para solucionar o problema de mercado que oprimia a economia brasileira, como também para a renovação dos créditos externos, que tanto necessitava.

Isso permitiu ao Brasil revelar-se como uma das estrelas na Conferência de Punta del Este, em agosto de 1961, de onde saíria a Aliança Para O Progresso. Decidindo enviar um diplomata de alta categoria à conferência neutra de Belgrado, fixada para setembro; condecorando o Ministro Ernesto Che Guevara; estabelecendo uma correspondência pessoal com o Premier soviético Krushev, onde discutia abertamente a possibilidade de ajuda econômica ao Brasil, e preparando cuidadosamente a delegação brasileira que participaria da sessão anual da ONU, Jânio Quadros demonstrava que caminhava cada vez mais para uma posição de autonomia no plano internacional, disposto a aproveitar-se, ao estilo "nasserista", das vantagens que isso poderia lhe trazer.

Internamente, essa política externa também rendia seus dividendos. O apoio unânime que lhe dava o povo e a importância que as questões internacionais assumiam no debate político permitiam a Jânio fazer esquecer os sacrifícios que sua política econômica representava para as classes menos favorecidas. É natural que a contenção das emissões, a supressão dos subsídios a bens essenciais de importação (como o trigo e o petróleo) e o câmbio livre se manifestavam na elevação do custo de vida. Jânio não parecia inclinado, sem dúvida, a permitir um aumento correspondente dos salários. Desprezando a pressão dos sindicatos e a oposição parlamentar, conclamava toda a nação para o sacrifício de uma "política de austeridade".

Por outro lado, atacava os problemas estruturais internos, sobretudo o agrário, através de medidas de efeito imediato, conquanto exigisse do Congresso uma reforma global. O estabelecimento de uma política de preços mínimos, favoráveis ao pequeno e médio agricultor, foi seguido da criação do "crédito rural móvel", ministrado, sem dificuldades burocráticas, por unidades volantes do Banco do Brasil. Feria, com isso, profundamente, a estrutura de dominação dos latifundiários e especuladores comerciais sobre o camponês, estrutura essa que se apoiava principalmente na fixação arbitrária de preços dos produtos e nos juros.

Abrindo tantas frentes que despertavam o descontentamento dos setores mais distintos, desde os comunistas até os da extrema direita, Jânio se resguardava unicamente no seu magnetismo pessoal, não se preocupando em resguardar-se também num dispositivo político, popular e militar próprio. Quando, depois de dois ou três ataques de Lacerda, renunciou surpreendentemente à presidência, em 25 de agosto de 1961, seu prestígio popular chegava ao ápice e, na verdade, parecia ameaçar sua oposição. O que se havia passado?

Admite-se que, ao desafiá-lo, Lacerda se encontrava respaldado pelos ministros militares e coberto por grupos empresariais, insatisfeitos com a política de Jânio. Quando este tentou impedir que Lacerda falasse pela televisão, a 24 de agosto, os chefes militares se recusaram a cumprir suas ordens. Forçavam-no assim a se unir à direita ou a declarar-lhe guerra e a sua renúncia representou uma estratégia de burlar esse dilema. Jânio tinha consciência de sua força política, confirmada pelo fato de que a direita ainda não ousava atacá-lo de frente, limitando-se à tentativa de contê-lo. O fato de se encontrar sem sucessor legal, ao renunciar (o vice-presidente, João Goulart achava-se na China), levaria o país ao caos, pois, em qualquer das hipóteses, Jânio sabia que a direita o preferiria mil vezes mais que a Goulart. Renunciando (processo que empregou com sucesso durante a campanha eleitoral, para dobrar a UDN), esperava retornar ao poder nos braços do povo, dispondo de uma força que nada – nem o Congresso, nem os partidos, nem os militares – poderia enfrentar. Se as

articulações da direita, sob a liderança de Lacerda, permitiram que se fiasse de uma tentativa de golpe, a resposta de Jânio, através de sua renúncia, significava também um gesto "golpista", repousando ambas na tendência para um governo forte, que caracterizava a política brasileira.

Goulart e a colaboração de classes

Os acontecimentos que se seguiram confirmaram e desmentiram, ao mesmo tempo, as esperanças de Jânio. Tinha ele razão ao acreditar que sua renúncia levaria o país à beira de uma guerra civil, porém enganou-se ao pensar que o movimento popular o restituiria ao poder. Ao contrário do que lhe dizia sua concepção carismática, e pequeno-burguesa de política, o povo como tal não existe, senão como forças populares que se movem sempre sob a direção de grupos organizados. A desconfiança que inspirava a essas forças fez com que elas tratassem de aproveitar à sua maneira o caos que sua renúncia havia criado. O povo, como esperava Jânio, saiu às ruas para enfrentar a direita, porém não ergueu seu nome como bandeira e sim o de Goulart, muito mais ligado às direções das massas.

Depois de uma tentativa fracassada dos ministros militares de Jânio para, antecipando-se ao que se passaria em 1964, submeter o país à tutela militar e graças sobretudo à resistência oposta pelo governador do Sul, Leonel Brizola, o vice-presidente João Goulart assumiu por fim a presidência, ainda que com o compromisso que substituía o regime presidencialista pelo parlamentarista. Por outro lado, se ao nível da política exterior se mantinha o dinamismo imposto por Jânio, no plano interno entrava-se numa fase de relativo imobilismo.

É necessário observar aqui que essa imobilidade não era exclusivamente, nem sequer principalmente, o resultado da trégua parlamentar, como Goulart e seus partidários davam a entender, mas acima de tudo o estancamento da expansão industrial e do equilíbrio a que haviam chegado as tensões sociais. Com efeito, desde 1962, a taxa de inversões declina (sinal seguro de que havia caído a taxa de lucros), enquanto, reforçados pela mobilização provocada pela crise de agosto, os movimentos reivindicativos da classe operária e da pequena burguesia tornaram-se cada vez mais agressivos. Era evidente que a economia brasileira estava num beco sem saída. A trégua política resultante dessa situação a agravava, já que não permitia a nenhuma classe encontrar uma solução.

A força de Goulart no movimento sindical levou a burguesia a depositar nele suas esperanças de contê-lo e utilizá-lo em seu intento de constituir um governo forte, capaz de atacar os dois fatores dominantes da crise econômica (o setor externo e a questão agrária), abrindo-se assim à economia novas perspectivas de expansão. Vale dizer que se tentará substituir o bonapartismo carismático de Jânio, baseado numa concepção abstrata de autoridade, por um bonapartismo de massas, sustentado por forças organizadas e com uma ideologia definida. Essa tendência se concretizou pela atuação de Goulart, que se movimentou em duas direções: montou, pouco a pouco, um dispositivo militar próprio e reforçou sua posição no movimento sindical. Data dessa época o surgimento de um organismo novo, que teria grande repercussão no equilíbrio das forças políticas: o *Comando Geral dos Trabalhadores* (CGT), cuja constituição representava uma superação dos obstáculos criados pela legislação do *Estado Novo* à unificação da cúpula sindical. Apoiado pela facção militar progressista e pelo CGT, Goulart desenvolveu a campanha presidencial de 1962.

O que assim ressurgia no panorama político brasileiro era uma forma de Frente Popular, que Vargas havia tentado, sem se atrever a concretizar, e que se converteu, posteriormente, numa orientação estratégica do Partido Comunista. Sob a liderança de Goulart e apresentando como finalidade a obtenção das "reformas de base", esse amplo movimento, através da mobilização militar e das greves gerais de 15 de julho e de 14 de setembro de 1961, dobrou a resistência dos setores reacionários do Congresso e logrou a convocação de um plebiscito, para decidir sobre a forma nacional de governo. Em janeiro de 1963, por maioria esmagadora, o povo brasileiro aprovou a revogação da emenda constitucional de 1961 e a devolução dos poderes presidenciais a Goulart. Parecia, afinal, que a tendência bonapartista que se esboçava na cena política da nação ia concretizar-se e que venceria a tese, preconizada pelo PCB, de um governo da burguesia industrial apoiado pela classe operária.

A tarefa fundamental do novo governo era fazer frente à situação econômica, cuja deterioração se manifestava em dois índices: diminuição da taxa de crescimento de Produto Nacional de 7,7%, em 1961, para 5,5%, em 1962 (com um aumento demográfico de 3,1% ao ano), e elevação da taxa de inflação de 37%, em 1961, a 51%, em 1962. Todavia, em dezembro de 1962, Goulart deu a conhecer seu plano econômico, o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento (1963-65). Em linhas gerais, tratava-se de um conjunto de medidas destinadas a reativar o crescimento econômico e a promover uma volta progressiva à estabilidade monetária. A palavra "desinflação", que estivera em moda no período de Jânio, voltava à imprensa e às declarações oficiais.¹² Nesse sentido, previa-se a redução de

¹² A expressão "desinflação" foi utilizada pela primeira vez no período de Kubitschek, no plano de estabilização financeira apresentado pelo seu Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, que não chegou entretanto a ser publicado. Ver Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, *Survey of Brazilian Economy*, 1958, 71.

4% nos gastos governamentais e uma reforma tributária, as duas medidas destinadas a reduzir o déficit de mais de 700 milhões de cruzeiros para 300 milhões, a renegociação da dívida externa com o adiamento dos prazos, a disciplina do mercado interno de capitais, uma contenção relativa dos salários e soldos, em proporção ao aumento da produtividade e, como consequência, a redução do aumento do nível geral dos preços de 50%, em 1962, para 25% em 1963, e a 10% em 1965. Paralelamente, o Plano traçava uma série de diretrizes para as reformas estruturais: administrativa, bancária, fiscal e agrária.

O fracasso do Plano Trienal, no mesmo ano de 1963, não se deveu em última instância ao fato de que se tratava de uma programação defeituosa, mas sim à contradição mesma que se encontrava na base do governo de Goulart. Nascido de um movimento popular, que teve início em agosto de 1961 e culminou com o plebiscito de 1963, esse governo tinha por missão, do ponto de vista da burguesia, restabelecer as condições necessárias à rentabilidade das inversões, quer dizer, deter a tendência à baixa que acusava a taxa de lucros. A longo prazo, isso significava ampliar o mercado interno através de uma reforma agrária que, enquanto não desse resultados, encontraria compensação na ampliação do mercado externo, buscado pela política externa. A curto prazo tratava-se de disciplinar o mercado existente, contendo o movimento reivindicatório das classes assalariadas. O que significa que, trazendo a marca de um governo popular, deveria reprimir as reivindicações das massas. Assim, quando após o protesto dos grupos independentes de esquerda e dos sindicatos, o PCB se viu forçado a condenar o Plano Trienal (o primeiro projeto de um governo que havia recebido todo o seu apoio), não fazia na verdade senão confessar a impossibilidade de sua "frente única" operário-burguesa. Essa condenação, com efeito, teria que ser feita pelo PCB, qualquer que fosse o plano do governo, já que não são as fases cíclicas de depressão as mais indicadas para que se estabeleça uma colaboração de classes entre a burguesia e o proletariado.

A radicalização política

Outro fator contribuía para dificultar o tipo de aliança que Goulart e o PCB, cada um por seu lado, buscavam. O crescimento do movimento de massas, que desde o fim do governo de Juscelino se anunciaria, intensificou-se com a crise de agosto de 1961, perturbando sobremaneira o plano político. O movimento da esquerda – que se dividia, até 1961, entre o PC e a ala esquerda nacionalista – sofreu vários fracionamentos desde 1961. Em janeiro desse ano constituiu-se a Organização Revolucionária Marxista, mais conhecida como **Polop**, em virtude do seu órgão de divulgação "*Política Operária*", que se propôs a estabelecer o caráter revolucionário de marxismo-leninismo, que o PCB traía. Essa ruptura do monopólio marxista, até então em mãos do PCB (com reduzida fração trotskista) representava apenas um sinal: em 1962 produziu-se a cisão do Partido Comunista Brasileiro entre sua direção e um grupo do Comitê Central, constituindo-se os dissidentes em um partido independente: o PC do Brasil, tendo como porta-voz o periódico "*Classe Operária*". No mesmo ano, Francisco Julião, no seu manifesto de Ouro Preto, forma o Movimento Radical Tiradentes, iniciando a publicação do jornal "*Liga*", que se dissolve porém em outubro. Surge finalmente a Ação Popular, iniciativa dos católicos de esquerda, tendo como porta-voz o jornal "*Brasil Urgente*". Essa proliferação de organizações se completa com correntes que se formam ao redor de líderes populares, como Brizola e Miguel Arraes, governador de Pernambuco, para se encontrarem lado a lado na Frente de Mobilização Popular, no Rio de Janeiro, que reúne ainda os principais organismos de massas, como a CGT, o Comando Geral dos Sargentos, a União Nacional dos Estudantes, a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas, a Associação dos Marinheiros. Nesse parlamento das esquerdas, o setor radical se opõe com uma força cada vez maior à ala reformista, encabeçada pelo PCB, no que se refere à posição a assumir frente ao governo.

O incremento dos movimentos de massas e a polarização que se efetuava em sua representação política repercutiram imediatamente sobre as classes dominantes. Protestando contra a ameaça da reforma agrária, os latifundiários, sob a direção da Sociedade Rural Brasileira, começaram a armar milícias. Formações urbanas do mesmo tipo – como o Grupo de Ação Patriótica (dirigida pelo almirante Heek, um dos ministros militares de Jânio), as Milícias Anticomunistas (vinculadas ao governador Lacerda) e a Patrulha Auxiliar Brasileira (financiada pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros) – fizeram seu aparecimento, enquanto os industriais de São Paulo e do Rio formavam uma "sociedade de estudos" – o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) – que se destinava a reunir fundos para a ação contra o governo.

A intervenção americana não tardou a revelar-se. Como declarou publicamente o subsecretário Thomas Man, os créditos da ALPRO, sem passar pelo governo federal, dirigiram-se àqueles governadores capazes de "sustentar a democracia"; somente o governador Lacerda recebeu, entre 1961 e 1963, 71 milhões de dólares por essa via. O embaixador Lincoln Gordon desenvolvia uma atividade intensa junto às classes empresariais. E um organismo diretamente financiado pelos grupos

estrangeiros, como denunciou o governo Goulart – pela embaixada dos Estados Unidos – o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) interferiu diretamente na vida política, sustentando um grupo parlamentar (Ação Democrática Parlamentar) e financiando nas eleições, os candidatos de sua preferência.¹³

Esta mobilização das classes dominantes mostrava que o esquema burguês-popular, sob o qual se formou o governo Goulart, era impraticável. Diante da intensificação da luta de classes (como demonstra claramente a taxa de inflação de 81%, relativa a 1963) e estancamento da produção (aumento bruto de 2,1%, com as inversões ainda em recesso), a burguesia retirava cada vez mais seu apoio a Goulart deixando-se tomar pelo pânico difundido pelos grupos reacionários. Além do mais, como assinalamos, a expansão do setor externo da economia, sua penetração intensiva no campo industrial e sua organização no plano político, através de órgãos como IBAD, contribuíam para diminuir a resistência burguesa. O fracasso de Goulart, ao tentar conter o movimento reivindicatório das massas – o Plano Trienal frustrou-se exatamente por isso, mais especificamente pelo aumento de salários conseguido pelo funcionalismo público, em outubro de 1963 e a radicalização política que já chegava às Forças Armadas (revolta dos sargentos em Brasília, em setembro de 1963), contribuíram para afastar a burguesia de Goulart.

Esse divórcio agravou-se pela polarização da direita no seio das classes médias. Sofrendo uma violenta compressão de seu nível de vida e ocorrendo esta sob a liderança de um governo tido como de *esquerda*, essas classes tornaram-se, cada vez mais, sensíveis à propaganda que apontava as reivindicações operárias como o elemento determinante da elevação do custo de vida; as greves sucessivas que paralisaram os transportes e demais serviços públicos, afetando-os diretamente, lhes pareciam uma confirmação de que o país encontrava-se à beira do caos e as levaram a aceitar a tese da direita de que tudo isso não era senão um plano comunista. A intervenção da Igreja Católica precipitou essa tendência. Através do “*Rosário em Família*”, realizaram-se em todas as cidades concentrações domésticas anticomunistas. Daí se passou às manifestações públicas, às chamadas “*Marchas da família com Deus pela Liberdade*”. Em janeiro de 1964, por ocasião do Congresso Unitário dos Trabalhadores da América Latina, a pequena-burguesia de Belo Horizonte (onde deveria se realizar o Congresso), saiu às ruas açulada pelos latifundiários e padres e logrou que se o transferisse para Brasília. Pela primeira vez desde o integralismo fascista dos anos trinta, a direita mobiliza as massas. Os conflitos populares entre grupos radicais tornaram-se cada vez mais frequentes e violentos e o país passou a viver um clima pré-revolucionário.

Goulart, sentindo que a terra cedia a seus pés, tentou voltar-se para a esquerda. Sua mensagem enviada anualmente ao Congresso, nos primeiros meses de 1964, significou um ultimato para a aprovação das reformas de base. Logo, empreendeu a mobilização popular. No comício de 13 de março, no Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 500 mil pessoas, deu a conhecer ao povo vários decretos, entre eles o da limitação dos aluguéis urbanos, o da nacionalização das refinarias de petróleo privadas e da desapropriação de terras às margens das rodovias. Ali, com os representantes da CGT, dos estudantes e dos sargentos, ao lado de Brizola e Arraes, e frente às bancadas do PCB e demais organizações de esquerda, Goulart aceitou a prova de força com a reação. A 13 de março, as classes dominantes viram a esquerda unida, anunciando o fim de uma era.

Mas se a estratégia de Goulart foi suficientemente boa para devolver-lhe, um ano antes, os poderes presidenciais, não o era para fazê-lo ditador de um governo popular. Quando a revolta dos marinheiros e sua confraternização com os trabalhadores no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio, quebrou dias depois a disciplina militar e deu pretexto à direita para evocar os “soviets”, seu dispositivo de sustentação se rompeu. A fração militar fez-lhe saber que não continuaria apoiando-o se não dissolvesse a CGT e liquidasse as organizações de esquerda. Ceder ante os militares era reduzir-se a seu prisioneiro, e um prisioneiro sem valor, visto que Goulart não ignorava que toda sua força política repousava no prestígio que lhe dava a união com os sindicatos. Por outro lado, confiando sempre em que seu triunfo dependia da superioridade que tivesse nos círculos militares, Goulart não criou as condições efetivas para uma insurreição popular. O comportamento da maioria da esquerda, sobretudo do PCB, com sua teoria de revolução pacífica e sua *cretinice parlamentar* teve o mesmo efeito, desarmando as massas.

A 2 de abril, alegando não querer derramar sangue, atravessava Goulart a fronteira brasileiro-uruguaia. À véspera havia se constituído um governo provisório que, ainda que ilegítimo (o presidente constitucional encontrava-se ainda no Brasil), foi reconhecido pelos Estados Unidos. Sete dias depois,

¹³ Os gastos do IBAD nos comícios para governador de Pernambuco em 1962, por exemplo, em que apoiou o adversário de Miguel Arraes, João Cleofas, alcançaram cerca de 500 milhões de cruzeiros, como comprovou a Comissão Parlamentar que investigou a intervenção desse organismo. Sobre a intervenção norte-americana na política do Brasil nesse período, veja-se o informe periódico de Robinson Rojas, *Estados Unidos em Brasil*, Santiago do Chile, Prensa Latinoamericana.

as Forças Armadas colocavam-se no poder, proclamando o Ato Institucional, que suspendia praticamente a Constituição.

A intervenção militar

A análise dos fatos mostra claramente que não possuem razões os que só veem o atual bonapartismo militar do Brasil como o resultado de uma ação externa. A tentativa fracassada de 1961 deixou claramente expressa que uma intervenção militar apenas poderia ter êxito se:

- a. Correspondesse a uma situação objetiva de crise da sociedade brasileira e
- b. Se inserisse no jogo das forças políticas em conflito.

O apoio que os militares receberam da pequena-burguesia, expresso na "marcha da família", que reuniu a 2 de abril de 1964, um milhão de manifestantes no Rio, é sinal evidente de que a ação das Forças Armadas correspondia a uma realidade social objetiva. Outra confirmação foi a adesão das classes dominantes.

É necessário compreender que a cisão que se produziu nas classes médias e que as levou, sob bandeiras extremistas opostas, a bater-se violentamente nas ruas nos primeiros meses de 1964 (e isso se passou sobretudo em Minas Gerais, de onde partiu o movimento armado que derrubou Goulart) indicava claramente que as tensões sociais haviam chegado a um ponto crítico. Tais tensões opunham com força crescente as classes dominantes, como um bloco, ao proletariado, às camadas radicais da pequena-burguesia urbana (das quais o brizolismo foi expressão) e aos camponeses e trabalhadores rurais, causa das contradições que analisamos anteriormente.

Se se considera, com efeito, o modelo das crises políticas que o país atravessou, ver-se-á claramente que, desde 1961, as forças populares ganharam autonomia de ação e as crises se resolviam cada vez menos facilmente por acordos palacianos. No "*movimento pró-legalidade*" que se desenvolveu após a renúncia de Jânio fora possível, contudo, aos grupos políticos dominantes encontrar numa forma de transição, o regime parlamentar. Porém, nas lutas subsequentes, pelo restabelecimento do presidencialismo, se o poder esteve sempre nas mãos de Goulart, houve um momento – na greve geral de julho de 1962 – em que quase se lhe escapou. Foi o pânico provocado pela amplitude da greve geral de setembro e a recordação dos distúrbios sangrentos que se verificaram em julho, no Rio de Janeiro, aliados ao medo de uma intervenção militar pró-Goulart, que dobrou a resistência do Congresso.

A crise de setembro de 1963 já apresentou modalidades diferentes. Sua iniciativa não se originou das esferas dominantes, como as anteriores, mas a um setor específico do movimento popular, os sargentos, cuja rebelião, em Brasília, achava-se na origem dos acontecimentos. Em nenhum momento Goulart pôde conter a ação autônoma dos sindicatos operários e organizações estudantis. A solução da crise, quer dizer, o veto do Congresso à medida de Goulart para estabelecer o estado de sítio, teve como conseqüência a mobilização popular que se desenvolveu em todo o país. Uma tal demonstração de força do movimento popular e uma prova correspondente de debilidade de Goulart, convenceu a burguesia de que a esperança dele poder lhe oferecer uma garantia de "paz social", graças ao controle que exerceu sempre sobre os organismos de massa, era vã. O fracasso subsequente do Plano Trienal reforçaria essa desilusão. É então quando a burguesia abandona Goulart e quando as aspirações que teve de obter com ele um governo bonapartista atuam em benefício da direita.

Naturalmente não foi só o receio que inspirava o movimento de massas que contribuiu para aproximar a burguesia das demais classes dominantes e a fundi-las num só bloco. Já assinalamos que a crise econômica, visível desde 1962, não favorecia a aliança da burguesia com as classes populares, sobretudo a classe operária, pelos sacrifícios que aquela deveria impor ao país. Desde o momento em que Goulart se mostrou incapaz de realizar o milagre dessa aliança (e sua virada para a esquerda, em março de 1964, apenas confirmou essa incapacidade), a burguesia necessitando sempre de um governo forte, tinha que contar com a direita. Por outro lado, a mudança que se efetuava no interior da classe burguesa, desde 1955, com o aumento do setor vinculado ao capital estrangeiro, tornava cada vez mais possível esse ajuste entre grupos dominantes. Isto explica porque a primeira face que o governo militar mostrou foi a repressão policial contra o movimento de massas: a intervenção nos sindicatos, a dissolução dos órgãos de comando popular (inclusive CGT), a perseguição de líderes operários e camponeses, a supressão de mandatos e direitos políticos, a prisão e a tortura. Explica também a política econômica desse governo que foi, antes de tudo, de contenção de salários, restrição de crédito e aumento da carga tributária.¹⁴ Em linhas gerais, a política de estabilização

¹⁴ É interessante observar que a política tributária do governo de Castelo Branco baseou-se, sobretudo na folha de pagamento, e não na capacidade de produção das empresas: salário familiar, impostos para educação e habitações populares, décimo terceiro salário, etc. Quer dizer, se incrementou principalmente a carga fiscal das empresas

financeira do atual governo quer criar uma oferta de mão de obra mais abundante, baixando assim seu preço e, ao mesmo tempo, racionalizar a economia, acabando com a concorrência excessiva que produziu, em certos setores, a expansão industrial e favorecendo, portanto, a concentração de capital em mãos de grupos mais poderosos. Isto beneficia, em princípio, aos grupos estrangeiros, porém também à alta burguesia nacional. Essa política representa uma tentativa para ressuscitar as práticas originadas pela Instrução 113, a fim de superar a crise do setor interno, porém obedece também às exigências requeridas pelo próprio desenvolvimento capitalista brasileiro, como baixa dos salários e a racionalização da produção.

O fato de que a própria burguesia brasileira, finalmente, tenha aceitado o papel de sócia menor na aliança com os capitais estrangeiros e tenha decidido intensificar a capitalização, rebaixando ainda mais o nível de vida popular e concentrando em mãos o capital disperso na pequena e média burguesia, tem sérias implicações políticas. Para amplos setores da esquerda o atual regime militar representa o fracasso de uma classe – a burguesia nacional – e de uma política – o reformismo. Analisada assim em termos radicalmente anti-burgueses, a luta popular tende a ultrapassar os quadros legais e conduz a uma luta armada. É evidente que a concretização dessa tendência depende da evolução da crise em que se debate a economia brasileira.

Porém, não somente da situação econômica podem valer-se as esquerdas brasileiras para levar as massas ao caminho da insurreição. O caráter *estrangeiro* do atual regime pode ajudá-las consideravelmente. Com efeito, se recusamos a interpretação simplista que pretende ver no golpe de abril uma ação de fora da realidade brasileira, não pretendemos negar, entretanto a existência e a importância da influência norte-americana nos acontecimentos, não somente como já assinalamos, pela atuação da embaixada dos Estados Unidos, no Rio, e pela de organismos como o IBAD, como também, pela política de dependência das forças armadas do Brasil à estratégia do Pentágono. O acordo militar entre os dois países (firmado em 1942 e ampliado em 1954) a standardização dos armamentos (1955), a criação de organismos continentais, como o Colégio Interamericano de Defesa (1961), as missões de treinamento e instrução, tudo isso criou progressivamente uma elite militar inclinada a enfocar os problemas brasileiros dentro da perspectiva dos interesses dos Estados Unidos. Através de um centro de irradiação – a Escola Superior de Guerra – a qual pertenceu Castelo Branco e outros chefes militares do atual regime – difundiram-se teorias como a da “agressão *comunista interna*” e a “*guerra revolucionária*”, criada pelos franceses durante a campanha da Indochina. O espírito de casta e o paternalismo, que caracterizam os militares latino-americanos, fizeram o resto, levando as Forças Armadas a preencher o vazio do poder, que se havia criado.

O regime militar que se implantou em abril de 1964, inaugura um novo estilo na política externa do Brasil, cujo principal objetivo parece ser o de conseguir uma perfeita adequação entre os interesses nacionais do país e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos. O exame dessa política externa traz nova luz para a interpretação da problemática brasileira, e merece que lhe dediquemos um capítulo à parte.

II - IDEOLOGIA E PRÁXIS DO SUBIMPERIALISMO

A estreita vinculação aos Estados Unidos que, sob o nome de “política de interdependência continental”, orientou a diplomacia brasileira no governo do Marechal Castelo Branco (1964-67), contribuiu para que se considerasse o regime militar brasileiro como um simples títere do Pentágono, do Departamento de Estado. Na realidade, essa política externa tem profundas raízes na dinâmica da economia capitalista mundial e na maneira como o Brasil se vê afetado por ela. Em outras palavras, tal política só pode ser analisada à luz das mudanças de após-guerra sofridas pelas economias norte-americanas, tanto internamente como em suas relações com os países periféricos a ela e, inversamente, das transformações por que tem passado a economia brasileira nas últimas décadas e sua posição atual frente aos Estados Unidos.

A integração imperialista

A progressiva ascensão da acumulação capitalista na economia norte-americana e o processo de formação de trustes que ali ocorreu neste século, como uma constante, traz como conseqüência a concentração sempre crescente de uma riqueza cada vez mais considerável. Se as inversões nas atividades produtivas acompanhassem o ritmo de crescimento do excedente assim obtido, a estrutura econômica sofreria crises, talvez mais violentas que as de 1929, em virtude do mesmo mecanismo que orienta o ciclo de conjuntura à variação do capital constante. A política antiinflacionária que se

tecnologicamente menos evoluídas, que empregavam mais mão de obra, e que correspondiam socialmente à média e pequena burguesia.

adotou, de modo geral, nos Estados Unidos, depois da guerra, tem permitido conter o ímpeto de crescimento econômico e limitar o montante do excedente, sem conseguir impedir, entretanto, que este prossiga muito acima das possibilidades existentes para sua absorção. Resultam daí as somas sempre maiores destinadas às inversões improdutivas, principalmente na indústria bélica e nos gastos de publicidade. O restante, que não pode ser neutralizado por essa via, é lançado no mercado externo, tornando-se a exportação de capitais um dos traços mais característicos do imperialismo contemporâneo.¹⁵

A lógica capitalista, que subordina a inversão à expectativa do lucro, leva estes capitais às regiões e setores que lhe parecem mais promissores. A consequência é que, através da repatriação de capitais, ocorre um aumento suplementar do excedente, que proporciona novas inversões no exterior, recomeçando o ciclo cada vez mais alto. Ampliam-se assim, incessantemente, as fronteiras econômicas norte-americanas, intensifica-se o amálgama de interesses nos países nela contidas e se torna cada vez mais necessário que, sob diversos aspectos, o governo de Washington estenda mais além dos limites territoriais a proteção que dispensa a seus cidadãos.

No início do século, o teórico marxista mais prestigiado da época, Karl Kautsky, influenciado pelo revisionismo bernsteiniano e impressionado pelo processo de aumento de trustes que, desde as últimas décadas do século XIX caracterizava a economia capitalista, formulou sua teoria do "subimperialismo": após a concentração progressiva do capital em um gigantesco truste mundial, poder-se-ia esperar a centralização política correspondente e uma transição necessária e pacífica ao socialismo. Em seu prefácio à obra de Bukárin, "*A Economia Mundial e o Imperialismo*", escrita em 1915, Lênin contesta a teoria kautskiana, ainda que sem negar a tendência integracionista apresentada pelo capitalismo mundial. O que ocorrerá, dizia, é que tal tendência se desenvolverá em meio a contradições e conflitos que impulsionarão a tendência oposta, antes que ela chegue à sua culminação. A guerra de 1914 e a Revolução Russa, a guerra mundial e os fenômenos que ocasionou – a formação do bloco socialista e os movimentos de libertação nacional – deram-lhe razão.

Sempre é verdade, sem dúvida, que a expansão do capitalismo mundial e a acentuação do processo monopolista mantiveram constante a tendência integracionista, que se expressa hoje, de maneira mais evidente, na intensificação da exportação de capitais e na dependência tecnológica dos países mais hábeis. Outro marxista alemão, Ernest Thalheimer, o assinalou ao denominar essa manifestação pós-guerra de cooperação-antagônica. Num momento em que a dominação norte-americana parecia incontestável diante da destruição européia que se seguiu à guerra mundial, Thalheimer foi suficientemente lúcido para perceber que o processo mesmo de integração ou cooperação, acentuando-se, desenvolveria suas contradições internas. Isso foi sobretudo verdadeiro no que se refere aos demais países industrializados, os que submetidos à penetração das inversões norte-americanas, tornaram-se, por sua vez, centros de exportação de capitais e estenderam simultaneamente suas fronteiras econômicas, dentro do processo econômico de integração imperialista. As tensões que ocorreram entre esses diversos centros integradores de desigual grandeza (como, por exemplo, França e Estados Unidos), ainda que não possam, como no passado, chegar à hostilidade aberta e tenham que manterem-se nos limites da cooperação antagônica, dificultam o processo de integração, abrindo fendas na estrutura do mundo imperialista, acionando vigorosamente aquilo mesmo que tende a destruir a própria base de sua estrutura: os movimentos revolucionários nos países subdesenvolvidos.

É preciso notar, contudo, que não é somente ao nível das relações entre os países industrializados que o processo de integração imperialista alimenta sua própria negação. Isso se dá, principalmente, ao nível das relações desses países e os povos colonizados, e aí reside sem dúvida o fator determinante que o encaminha para o fim. A exportação de capitais e da tecnologia em direção a essas nações impulsiona, de fato, o desenvolvimento de seu setor industrial, contribuído para criar novas situações de conflito, desde os pontos de vista interno e externo, e propicia uma crise que altera as próprias condições em que se realiza essa industrialização.

Internamente, a industrialização se expressa, num país atrasado, no aguçamento de contradições sociais de vários tipos: entre os grupos industriais e os latifundiário-exportadores; entre os grandes proprietários rurais e o campesinato; entre os grupos empresariais e a classe operária, assim como a pequena-burguesia. A diversificação econômica é acompanhada, pois, de uma complexidade cada vez maior nas relações sociais, que opõe em primeiro lugar, os setores do mercado interno aos do mercado externo e logo, no coração dos dois setores, aos grupos sociais que os constituem. Nem sequer o capital estrangeiro investido na economia pode subtrair-se a essas contradições e apresentar-se como um bloco homogêneo: o que se investe nas atividades de exportação (Anderson Clayton, United Fruit) não tem exatamente os mesmos interesses que o que se aplicou na produção

¹⁵ Veja-se Paul Baran, "*Crisis of Marxism?*", Monthly Review, Nova York, Outubro, 1958.

industrial ou na agrícola para o mercado interno (indústria automobilística, aparelhos eletrodomésticos, indústria de enlatados) e reagirão de modo diferente, por exemplo, diante de um projeto de reforma agrária, que signifique uma ampliação do mercado interno e crie no campo melhores condições de trabalho e remuneração.

O fato de que o processo de diversificação social resultante da industrialização não se sincronize rigorosamente com o ritmo da penetração imperialista conduz, por outro lado, ao agravamento dos fatores antagônicos entre a economia subdesenvolvida e a economia dominante. Pode ocorrer, como se passou no Brasil entre os anos 1930 e 1950, que o setor industrial nacional aumente de maneira muito mais rápida que a desnacionalização econômica resultante das inversões externas. Além do mais, das disputas que surgem agora, entre os dois setores, em sua luta pelo mercado interno, agravam-se suas relações quando alcançado determinado nível de industrialização – as necessidades crescentes da importação chocam-se no terreno cambial com as pressões do setor estrangeiro na exportação de seus lucros, e com as distorções que a dominação imperialista impõe à estrutura do comércio exterior.

A questão tende a se agravar ainda mais por outra razão. A redução do prazo de renovação do capital fixo nas economias avançadas como consequência do ritmo incrivelmente rápido das inovações tecnológicas leva a que essas economias experimentem uma necessidade premente de exportar seus equipamentos obsoletos às nações em fase de industrialização.¹⁶ O estrangulamento cambial que suas práticas comerciais e financeiras provocam na capacidade de importação dessas nações, contrária, entretanto, a essa tendência. A contradição apenas poderá ser superada através da introdução de tais equipamentos nos países subdesenvolvidos sob a forma de inversão de capital. A consequência de tal procedimento é a aceleração do processo de desnacionalização e, portanto, de integração – ao mesmo tempo em que se implanta um desnível crescente entre o limite tecnológico e as necessidades de emprego para uma população em explosão demográfica. A maneira pela qual se procura, pois, superar-se o estrangulamento cambial implica, pelos problemas resultantes, no aguçamento das tensões sociais internas, fatos decisivos nos movimentos de libertação nacional.

A cooperação antagônica entre a burguesia dos países subdesenvolvidos e o imperialismo é conduzida assim a um ponto crítico, que já não mais permite viver em sua ambigüidade e impõe uma disjunção entre a cooperação, tendendo a integração e o antagonismo, marchado para a ruptura. Foi o que ocorreu no Brasil, em 1964, sendo necessário examinarmos o mecanismo dessa crise, assim como suas consequências.

As alternativas do desenvolvimento capitalista brasileiro

A crise do sistema de exportação do Brasil, iniciada nos anos 30 e claramente configurada ao terminar a guerra da Coreia, lançou a sociedade brasileira num processo de radicalização de suas contradições, que expressou a impossibilidade de seguir processando-se o desenvolvimento industrial dentro dos limites semi-coloniais até então existentes. Essa impossibilidade tornou-se visível pela ação das limitações estruturais. A primeira manifestou-se na crise do comércio exterior, onde se verificou uma tendência constante à baixa dos preços dos produtos exportados e uma incapacidade do principal mercador comprador – o norte-americano – em absorver a quantidade crescente que necessitava a economia brasileira exportar, a fim de atender às importações necessárias à industrialização. A segunda limitação resultou da propriedade de terras, que estrangulou a oferta de gêneros alimentícios e matérias primas requeridas pela indústria e pelo crescimento demográfico urbano que, além de impulsionar a alta de preços (que estimulou por sua vez os movimentos reivindicatórios das massas), concentrou rendas da agricultura em mãos de uma minoria e impedindo a expansão do mercado interno para a produção industrial.

Os governos de Café Filho e Juscelino Kubitschek, que sucederam à grave crise política de 1954 produzida por essa situação, que culminou com o suicídio do presidente Vargas, sendo frutos do compromisso entre as classes dominantes em conflito, trataram de encontrar uma fórmula de negociação que permitisse superar a crise econômica, sem levar a uma confrontação definitiva das posições em jogo. O recurso achado foi abrir a economia brasileira aos capitais norte-americanos, a fim de romper o vazio formado no setor cambial. A Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (atual Banco Central) criou o marco jurídico para essa política, que chega a seu auge com o Plano de Metas do governo de Kubitschek, o qual consegue cerca de 2,5 milhões de dólares em inversões e financiamentos.

Essa expansão começou, entretanto, a dar sinais de esgotamento a partir de 1960, devido à diminuição que se verificou ao nível das rendas internas, da queda do preço e do volume das

¹⁶ Ernest Mandel, *Tratado de economía marxista*, México, Ediciones Era, 1969.

exportações e da grande exportação de lucros, o que submeteu o país a uma grave crise cambial; e também pela ação de aceleração do processo inflacionário, expressão da luta que libertou a burguesia industrial e financeira dos grupos empresariais rurais, assim como das classes assalariadas.

Há que se levar em conta, contudo, que a expansão industrial brasileira, baseada na intensificação das inversões estrangeiras e correspondendo à introdução maciça de uma nova tecnologia, teve como resultado a sensível elevação da produtividade do trabalho e a capacidade produtiva da indústria, porém agravando, por isso mesmo, o problema do emprego da mão-de-obra. Assim é que, entre 1950 e 1960, diante de uma taxa de crescimento demográfico de 3,1% ao ano para quase 6% relativos à população urbana e de mais de 9% referentes à produção manufatureira, o emprego na atividade industrial não apresentou um incremento anual maior que três por cento.¹⁷

A crise estrutural da economia brasileira, uma vez cessados os efeitos paliativos da política de importação de divisas, rompeu numa verdadeira crise que arrastou o país à depressão. Em tal situação, era inevitável que as contradições sociais, que já se haviam manifestado nos anos 1953-54, retornassem com muito mais força, sobretudo as que impulsionavam as massas operárias e camadas médias das cidades, na luta pela melhoria do nível de vida. Pressionada por elas e experimentando a clara consciência da impossibilidade de manter a expansão industrial dentro dos quadros estreitos que lhe impunham os setores latifundiário-exportador e grupos monopolistas estrangeiros, a burguesia tentou quebrar o círculo, rompendo o compromisso com essas forças e impondo sua política de classe. Os governos de Jânio Quadros, em 1961 e – uma vez vencida a indecisão parlamentar de 1962 – o de João Goulart, em 1963-64, expressaram essa tentativa.

A política externa independente e as reformas estruturais foram os objetivos que se propuseram os dois governos, buscando dobrar a resistência dos setores dominantes aliados. Com a primeira, tratou-se de criar uma área de manobra no campo internacional, que permitiria ao Brasil diversificar seus mercados de produtos básicos e seus suplementos de créditos, principalmente na área socialista e abrir caminho para a exportação de produtos industrializados, na África e América Latina principalmente. Ao mesmo tempo, o governo pretendia a reforma da estrutura agrária, a fim de abrir novos mercados para o comércio interno e aumentar a oferta interna de matérias primas e gêneros alimentícios. As duas orientações entravam em conflito com os interesses do setor latifundiário e dos grupos monopolistas exportadores, em sua maioria norte-americanos. A adoção de medidas restritivas de financiamento nacional das inversões estrangeiras e a remessa de lucros para o exterior, assim como o esboço de uma política de nacionalizações, generalizou o conflito para todo o setor externo da economia e tornou mais tensas as relações entre o governo brasileiro e o norte-americano.

Para garantir uma política como essa, a burguesia necessitava do apoio das massas populares urbanas, de considerável peso político. Porém debatendo-se numa situação de crise conjuntural que prejudicava sua taxa de lucros, tinha, paradoxalmente, que enfrentar as massas, procurando conter suas reivindicações salariais. A pretensão de aplicar medidas deflacionárias, em 1961, com Jânio Quadros, e em 1963, com Goulart (Plano Trienal 1963/65), encontrou séria resistência popular e a burguesia, por razões políticas, não pode impô-las com força. Confiando a Goulart a tarefa de conter o movimento de massas, tratou de utilizar sua capacidade para explorar o processo inflacionário em seu próprio benefício, a fim de sustentar sua parcela de lucros, o que fez acelerar esse processo. As reivindicações operárias se radicalizaram através de greves cada vez mais freqüentes e amplas e a classe média entrou em pânico ante a ameaça concreta de proletarianização.

A agitação que a promessa de reforma agrária levava ao campo e a resistência do setor industrial estrangeiro às medidas nacionalistas limitaram cada vez mais o apoio do setor burguês a Goulart. Quando se intensificou a campanha *antigovernamental*, sob o pretexto de subversão comunista, a classe média, que a crise econômica desorientara, se dividiu, passando a engrossar em quantidades sempre maiores as hostes de reação. Impressionada pelo vozerio anticomunista e pela radicalização popular e, ao fracassar o Plano Trienal, sentindo que Goulart não oferecia mais condições para conter o movimento de massas, a burguesia abandonou o terreno. Quando a agitação alcançou o setor militar, com a rebelião dos marinheiros, em março de 1964, ficou claro que o poder estava impotente diante da oposição radical que caminhava para a luta de classe. Num gesto de audácia, o grupo militar das altas esferas políticas apoderou-se dele.

A política de interdependência

¹⁷ Dados proporcionados pelo Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966, Documento EPEA, número 1, Novembro de 1964, cap.IV. Em "atividade industrial" se inclui a indústria manufatureira e a indústria extrativa mineral.

O governo de Castelo Branco caracterizou-se por uma atuação internacional distinta da chamada política externa independente praticada pelos governos de Quadros e Goulart e que se baseava nos princípios de autodeterminação e não intervenção. Desde que, na raiz do golpe de 1964, assumiu a direção do ministério das Relações Exteriores, o chanceler do governo de Castelo Branco, Vasco Leitão da Cunha, rechaçou a idéia de uma política externa independente, invocando razões geopolíticas, que vinculariam estreitamente o Brasil ao mundo ocidental e, particularmente, aos Estados Unidos. Declarou que o conceito básico da diplomacia brasileira era o da *interdependência continental*. Adotou-se, assim, uma doutrina emanada da Escola Superior de Guerra, de responsabilidade do General Golbery de Couto e Silva, diplomado pela escola norte-americana de Fort Benning e chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), organismo criado pelo regime militar que, com seus dois mil agentes atuando no continente já foi comparado a uma CIA em miniatura.

Essa doutrina chamada "barganha leal", foi exposta por Couto e Silva em seu livro *"Aspectos Geopolíticos do Brasil"* (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército - 1957) e parte do pressuposto de que, por sua própria posição geográfica o Brasil não poderá escapar à influência norte-americana. Em tal situação, não lhe resta outra alternativa senão *"aceitar conscientemente a missão de associar-se à política dos Estados Unidos no Atlântico Sul"*. Em contrapartida à essa "participação consciente", os Estados Unidos reconheceriam ao Brasil "o monopólio quase exclusivo naquela área". Essa expressão, *"monopólio quase exclusivo"*, significa igualmente a impossibilidade de se ignorar as pretensões alimentadas também pela burguesia argentina neste terreno.

Dois pronunciamentos oficiais consagraram a adoção dessa doutrina: as declarações do chanceler Leitão da Cunha ao receber no Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1965, o seu colega do Equador, Gonzalo Escudero, e o discurso pronunciado pelo marechal Castelo Branco, poucos dias depois, em Teresina, Piauí.

Ao saudar o chanceler equatoriano, Leitão da Cunha referiu-se a *"um conceito imanente à natureza da aliança interamericana, o da interdependência entre decisões de política internacional dos países do continente"*. *"A concepção ortodoxa e rígida de soberania nacional - frisou - foi formulada numa época em que as nações não viam como suas responsabilidades a obrigação da cooperação mútua, em busca de objetivos comuns"*. O chanceler do governo militar brasileiro preconizou, todavia, *"o esforço dos instrumentos multilaterais para a defesa da instituição política de maior cunho americano - a democracia representativa"*. E explicou:

"Poucos duvidam de que os mecanismos previstos na Carta da Organização dos Estados Americanos, contra agressões ou ataques abertos, são inteiramente inadequados diante das novas situações produzidas pela subversão que transcende as fronteiras nacionais".

Deste ponto partiu o marechal Castelo Branco, em seu discurso de 28 de maio, quando se referiu à crise dominicana que motivou a invasão americana, apoiada pelo Brasil, como uma agressão interna ao continente. Depois de proclamar a necessidade de substituir o conceito de fronteiras físicas e geográficas pelo conceito de fronteiras ideológicas, o marechal-presidente declarou que, de acordo com a atual concepção brasileira de segurança nacional, esta não se limita apenas às fronteiras ideológicas do mundo ocidental.

Situam-se nessa linha de pensamento as idéias de intervenção no Uruguai e na Bolívia, alimentadas por Castelo Branco, assim como o apoio concreto do governo brasileiro à intervenção dos Estados Unidos em São Domingos. O apoio de Brasília frente à decisão norte-americana de encaminhar parte de sua ajuda militar para os países latino-americanos através da OEA foi também resultado dessa posição e está ligada à reivindicação de que se reanime o chamado *"protocolo adicional"*, que vincula a ajuda militar à econômica. Outra consequência tem sido a tese da integração militar do continente, presente nas propostas brasileiras pela criação de um exército permanente interamericano.

Para muitos, tratava-se simplesmente de um retorno da política brasileira de submissão a Washington, regra no período anterior a Quadros, assim como da conversão definitiva do Brasil em colônia norte-americana. Nada mais errôneo. O que se passava, na verdade, era a evolução, de certa forma inevitável, da burguesia brasileira, para a aceitação consciente de sua integração ao imperialismo norte-americano, evolução tal resultante da lógica mesmo e da dinâmica econômico-política do Brasil e que resultaria em consequências graves para a América Latina.

O complexo industrial militar

Sua presença torna-se evidente ao analisarmos o programa de ação econômica ou Plano Trienal 1964-66, adotado no governo do marechal Castelo Branco e elaborado pelo ministro do Planejamento e ex-embaixador em Washington, Roberto de Oliveira Campos.¹⁸ Seu objetivo era duplo: reativar o nível

¹⁸ Veja-se Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966, op. Cit.

descendente do produto interno bruto, fixando-o em 6% para os anos 65-66, e conter o aumento geral dos preços, reduzindo-os de um nível de 92,4% em 1964 para 25 % em 1965 e 10% em 1966. Por outro lado se propunha também alcançar "objetivos secundários", entre eles o equilíbrio da balança de pagamentos, a redistribuição da renda e, na prática, a redemocratização do capital. Além dos instrumentos clássicos de política econômica (política tributária, salarial e creditícia, manipulações alfandegárias, contenção e seleção dos gastos governamentais), a ação estatal continha medidas estruturais, principalmente a reforma agrária e a reorganização do mercado interno de capitais.

Do ponto de vista de nossa análise, o aspecto mais importante do plano é a sua atitude frente ao capital estrangeiro. Num estudo publicado em seu órgão oficial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) considerou que o programa de planejamento econômico de Campos se distinguiu dos anteriores "pelo papel estratégico que confere ao capital estrangeiro e pelas altas esperanças a respeito de suas inversões". É de se notar que, estabelecendo uma aplicação bruta de capital de 17% ao ano, o Plano garantia ao capital estrangeiro a participação de 28,1% nessas aplicações, em 1965, e essa porcentagem aumentou para 29,4% em 1966 e, apesar de prever uma diminuição da poupança nacional de 15,8% nos anos 1954-60, para 13% em 1965, a CNI ponderava: "A diminuição da poupança nacional... deixará em inferioridade o capital privado interno, cujas inversões seriam em cerca da metade do influxo previsto do capital estrangeiro".¹⁹

Essa orientação é confirmada em outros setores da ação governamental. Segundo a mesma CNI, as fontes de crédito tiveram sua atuação fortemente reduzida em 1964, aumentando o crédito privado em 84,2% e o oficial em pouco mais de 50%, frente a uma taxa de inflação de 92,4%. Esta contenção do crédito completou-se com uma política tributária baseada principalmente na folha de pagamentos, que obrigou as indústrias a buscarem uma solução para seus custos de produção na redução de mão de obra, isto é, rumo a uma maior mecanização. É natural que a associação com grupos estrangeiros, que dispõem sempre de linhas de crédito e contam com uma tecnologia disponível que se verifica em seus países de origem, tenha sido o caminho mais fácil para se enfrentar essa conjuntura.

A política tendente a forçar a democratização do capital das empresas, sobretudo através de estímulos fiscais às reinversões dos grupos dispostos a concretizá-la, intensificou ainda mais essa tendência. A CNI também já advertira sobre essa tendência, na época, ao afirmar, em seu estudo já mencionado, que "se a poupança nacional diminuir, a democratização servirá apenas para permitir que os capitais estrangeiros tenham acesso a pelo menos parte do controle das empresas nacionais".

Contudo, no plano interno, a política econômica do governo de Castelo Branco beneficiou amplamente as grandes empresas, tanto nacionais como estrangeiras, especialmente aquelas dedicadas à indústria pesada, ao mesmo tempo em que, pela retração deliberada que provocava, em troca tenha praticamente tornado intolerável a situação para as pequenas e médias indústrias, vinculadas à produção de bens de consumo não duráveis. Em outras palavras, revelou a orientação concreta do regime, no sentido de consolidar um parque industrial de bens intermediários de consumo durável e de equipamentos, com alto nível tecnológico e dotado de forte capacidade competitiva, capaz de converter o país numa potência industrial. O que é facilmente explicável, visto que um parque industrial como esse era a condição "sine qua non" para levar a cabo a expansão externa pretendida, constituindo essa expansão, por outro lado, a resposta mais eficaz do ponto de vista da grande indústria e da estreiteza do mercado com que se chocava a economia internamente.²⁰ Chega-se a criar, assim, uma simbiose entre os interesses da grande indústria e os sonhos de hegemonia da elite militar, que encontrariam sua expressão mais evidente nos vínculos que estabelecem ao nível da produção bélica. O desenvolvimento desse novo setor da economia brasileira põe a nu, como nenhum outro, a deformação a que ela está sendo conduzida, pelas características peculiares de seu desenvolvimento capitalista, e merecendo, portanto uma análise mais cuidadosa.

Tudo parece ter começado em fins do governo de Jango, quando este, preocupado em romper a dependência em que se encontrava o Brasil, pela padronização do material bélico imposto pelos

¹⁹ Dados proporcionados pela revista da Confederação Nacional da Indústria, *Desenvolvimento e Conjuntura*, Rio de Janeiro, número 3, março, 1965.

²⁰ Numa avaliação política posta em prática por seu predecessor, o atual governo do Marechal Costa e Silva demonstra que, depois da crise industrial de 1965, os setores industriais enfrentaram condições totalmente diversas de crescimento, podendo caracterizar-se dois grandes grupos de indústrias: o primeiro constituído pelo complexo mecânico, metalúrgico, metalúrgico-elétrico, material de transporte e químico, que apresentou uma "elevada taxa de crescimento, da ordem de 25% sobre o ano anterior, aliada a um crescimento da produtividade do trabalho, também elevado, em torno de 12%"; o segundo grupo, constituído pelas indústrias chamadas "tradicionais", correspondente à indústria têxtil, madeira e mobiliário, couro, calçados, vestidos e alimentos, apresentou um "crescimento relativamente menor de seu produto no período, fato essencialmente ligado à baixa elasticidade-ingressa da demanda, além de um crescimento menos acentuado na produção por homem empregado" - Brasil, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Diretrizes do Governo, Programa Estratégico de Desenvolvimento - julho de 1967, p. 159-160.

Estados Unidos, no início da segunda guerra mundial, decide diversificar as fontes de capital estrangeiro e desenvolver simultaneamente a indústria nacional. A padronização do dito material, que se levava a cabo no marco da Organização Tratado do Atlântico Norte, alargava o caminho nessa direção. Em fevereiro de 1964, o ministro da guerra de Jango, general Jair Dantas Ribeiro, assinou com a Bélgica um contrato para compra de 50 mil fuzis, com direito de reprodução pela indústria brasileira.

Deposto Goulart, o novo Ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, confirmou a transação. Quase ao mesmo tempo, ao tomar posse na presidência do SNI, o general Edmundo Macedo Soares e Silva pronunciava-se a favor de uma política de substituição de importações, relativas a armamentos e equipamentos militares, vinculando a isso a preservação da soberania nacional. Diferentes atos levados a cabo pelo governo indicaram a intenção de por em prática essa orientação explorando particularmente as facilidades oferecidas pela indústria bélica europeia.

È necessário recordar aqui que, com a padronização do material bélico, a indústria de guerra dos Estados Unidos havia criado na América Latina um mercado permanente para seus excedentes, e que o Departamento de Defesa norte-americano forçou, por sua vez, um instrumento de controle dos mais eficazes, sobre as forças armadas do hemisfério. A atitude brasileira não poderia ser considerada senão como alarmante e explica os contatos que, em agosto de 1965, o Subsecretário norte-americano de Defesa para Assuntos do Extremo Oriente, Avin Freeman, trocou com indústrias brasileiras. Segundo se soube, posteriormente, Freeman manifestou o interesse do Pentágono em adquirir armas e outras mercadorias do Brasil para a Guerra do Vietnã, em virtude da dificuldade de mobilizar, em caso de guerra não declarada, as indústrias norte-americanas para a produção de guerra.²¹

Pela mesma época, mediante autorização do presidente da República e do Ministério do Planejamento, se constituiu o chamado Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), que congrega as empresas das regiões mais industrializadas do país (São Paulo, Guanabara, Minas Gerais), e conta com a assessoria direta de membros das Forças Armadas. Em janeiro de 1966, regressando de uma viagem aos Estados Unidos, o presidente do GPMI, o industrial paulista Vitorio Ferras, declarou na conferência de imprensa que a indústria brasileira fabricaria armas de diversos tipos, munições e veículos de guerra para colaborar com os americanos na guerra do Vietnã. Explicando que para isso contava-se já com várias fábricas de telecomunicações e de munições no país, Ferraz finalizou: *"Colaborando no extermínio dos Vietcongs, o Brasil aproveitará a capacidade ociosa de suas fábricas e dará lugar à criação de 180 mil novos empregos. Simultaneamente, combateremos o comunismo e os nossos problemas de desemprego"*.²²

Nos meses subsequentes, o programa anunciado por Ferraz se pôs em marcha. Em março de 1966, Paul Hower, funcionário do Departamento de Defesa norte-americano e membro da Comissão Militar Mista Brasil - Estados Unidos chegou ao país com a missão expressa de tratar da instalação no Brasil de uma fábrica de aviões a turbo-reação, do tipo anti-guerrilha. Na segunda semana de agosto, o semanário da oposição *"Folha da Semana"*, do Rio de Janeiro, dava detalhes da operação, proporcionando notícias sobre o avanço dos estudos para a instalação da referida fábrica, no estado do Ceará, no Nordeste, sob a supervisão do GPMI. A empresa reunia capitais privados nacionais e contava com uma inversão oficial de 20 milhões de dólares, subscritos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), organismo descentralizado, estando destinada sua produção para o abastecimento interno e para exportação para os demais países latino-americanos. A partir daí, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, estabelecimento militar de investigações e ensino, elaborou e aprovou diversos tipos de aviões leves, que seriam proporcionados à empresa privada juntamente com as encomendas do Estado, para sua fabricação.

O subimperialismo e a revolução latino-americana

Em sua política interna, o governo militar de Castelo Branco manifestou não somente uma decisão de acelerar a integração da economia brasileira com a economia norte-americana; expressou também a intenção de converter-se no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de poderio militar próprio. Nisso se distingue a política externa brasileira que se

²¹ Veja-se a respeito a reportagem publicada pelo jornal conservador *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de fevereiro, 1966.

²² Estas declarações foram tiradas do *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, janeiro de 1966. Segundo aquele jornal, as empresas em questão eram, por um lado, "Telefunken", "Delta", "Motorola", "Eletrônica", "Philips" e "Invelson", e por outro lado, "Parque de Aeronáutica de São Paulo", "Fábrica de Artilharia da Marinha", "Arsenal da Marinha" e "Companhia Brasileira de Cartuchos".

pôs em marcha após o golpe de 1964: não se tratava de aceitar passivamente as decisões norte-americanas (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), senão de colaborar com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país chave.

Essa pretensão nasce não só de um desejo de liderança política por parte do Brasil, como se deve principalmente aos problemas econômicos que delineia a opção da burguesia brasileira em prol do desenvolvimento integrado. O restabelecimento de sua aliança com as antigas classes oligárquicas, vinculadas à exportação, que selou o golpe de 1964, deixou a burguesia na impossibilidade de romper as limitações que a estrutura agrária impõe ao mercado interno brasileiro. O mesmo projeto de reforma agrária adotado pelo governo de Castelo Branco não admite outra maneira de alterar essa estrutura senão através da expansão progressiva do capitalismo ao campo, isto é, dentro de um longo prazo.

Por outro lado, ao optar por sua integração ao imperialismo e ao depositar suas esperanças de reativar a expansão econômica nas entradas do capital estrangeiro, a burguesia brasileira concorda em intensificar o processo de renovação tecnológica da indústria. Atende assim, aos interesses da indústria norte-americana, aos quais convém instalar além de suas fronteiras um parque industrial integrado, que absorva os equipamentos que a rápida evolução tecnológica torna obsoletos.²³ Mas tem que aceitar sua contrapartida: num país de forte crescimento demográfico, que lança anualmente no mercado de trabalho um milhão de pessoas, a instalação de uma indústria relativamente moderna cria um grave problema de desemprego. Ainda que com isso a burguesia solucione, do seu ponto de vista, os problemas que acarretam o custo de produção industrial, visto que, apesar dos excedentes existentes de mão-de-obra, a economia brasileira apresenta como toda economia subdesenvolvida aguda escassez de mão de obra qualificada.

Assim, seja por sua política de reforço de sua aliança com o latifúndio, seja por sua política de integração ao imperialismo, a burguesia brasileira não pode contar com um crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente que resultava da modernização tecnológica. Não lhe resta outra alternativa a não ser tentar se expandir para o exterior, tornando-se então necessário garantir uma reserva externa de mercado para sua produção. O baixo custo de produção que a atual política salarial e a modernização industrial tendem a criar assinala na mesma direção: a exportação de produtos manufaturados.

Não se trata de uma tendência totalmente nova. A política externa de Quadros e Goulart buscava também garantir uma reserva externa de mercado para uma expansão comercial brasileira na África e na América Latina. A diferença está em que o Brasil adotava então uma posição de "free-lance" no mercado mundial, confiando que através das reformas estruturais internas não tardariam a desaparecer as limitações que freavam o crescimento do mercado interno brasileiro. A exportação aparecia, pois, como uma solução provisória, tendente a proporcionar à política reformista burguesa o prazo necessário para que frutificasse.²⁴ Com Castelo Branco, ao contrário, a burguesia tratou de compensar sua impossibilidade de ampliar o mercado interno através da importação extensiva de mercados já formados, como o uruguaio, por exemplo. A expansão comercial deixa de ser, assim, uma solução provisória e complementar da política reformista e se converte na alternativa mesmo das reformas estruturais.

²³ Falando no Congresso norte-americano sobre a integração econômica da América Latina, o secretário de Estado para as Questões Interamericanas, Jack H. Vaughn, reconheceu que a industrialização resultante fará desaparecer os mercados tradicionais de certos produtos norte-americanos, mas frisou: "*Igualmente a América Latina oferecerá um mercado mais promissor, para produtos da indústria norte-americana, de caráter cada vez mais sofisticado.*" *El Dia* – México, 11 de setembro, 1965.

²⁴ Num informe recente preparado por experts das Nações Unidas se assinalou a tendência atual do estabelecimento de um novo esquema de divisão internacional do trabalho, dentro do qual os países industrializados deverão ceder as primeiras fases de elaboração de matérias primas aos países em vias de desenvolvimento, especializando-se nas "*fases mais avançadas de elaboração e acabadas dos produtos, devido a sua experiência técnica e capacidade econômica*". E segue: "*Segundo a tecnologia moderna, a transformação de matérias primas requer geralmente processos industriais que: 1) absorvam grande quantidade de capital; 2) requer considerável experiência industrial e tecnológica; 3) requer mercados internacionais, pois os mercados internos das nações em desenvolvimento são demasiado pequenos para absorver a produção potencial. Portanto, este tipo de produção necessariamente terá que ser levado a cabo em cooperação com indústrias estabelecidas dos países desenvolvidos (por exemplo, inversões diretas ou indiretas, associação em participação), de acordo com ajustes apropriados que proveriam inversão de capital, a tecnologia necessária e os mercados para produtos*". Veja-se *Promoción de Exportaciones Mexicanas de Productos Manufaturados* – preparado para o governo do México por uma missão das Nações Unidas, sob o patrocínio do Programa de Assistência Técnica, Nações Unidas. Comissão para a Cooperação de Assuntos Econômicos e Sociais, mimeografado, dezembro de 1966, p. 7 – 13, mineografado.

O que se conseguiu assim foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na verdade a um subimperialismo ou a uma extensão indireta do imperialismo norte-americano (não nos esqueçamos que o centro de um tal imperialismo seria uma economia brasileira integrada à norte-americana). Essa tentativa de integrar a América Latina, econômica e militarmente, sob o comando do imperialismo norte-americano e com o apoio do Brasil, sofreu posteriormente muitas vicissitudes e continua hoje sendo uma intenção. Sem dúvida, esclareceu fatores valiosos na estimativa das perspectivas do processo revolucionário, em última e análise, latino-americano.

Um primeiro aspecto a se considerar é que a integração imperialista da América Latina, em sua nova fase, iniciada com o golpe militar no Brasil, não se poderia exercer senão sob o marco da cooperação antagônica. O antagonismo será mais acentuado, sobretudo ali onde se enfrentam burguesias nacionais mais poderosas, como no caso da Argentina e do Brasil, porém a cooperação ou colaboração será cada vez mais a regra que regerá as relações dessas burguesias entre si e com os Estados Unidos.²⁵ O peso que terá na balança a influência norte-americana e brasileira obriga a essa colaboração. Porém mais que tudo essa colaboração será necessária às classes dominantes do hemisfério a fim de conter a ascensão revolucionária das massas, que se verifica atualmente e que somente poderá atenuar-se com a marcha da integração imperialista.

O caso brasileiro é, nesse particular, paradigmático. O golpe militar de 1964 - significando o rompimento, por parte da burguesia, da política de compromisso que praticou desde sua chegada ao poder (isto é, desde a revolução de 1930), - abriu uma etapa nova no processo de luta de classes. Ainda que muitos setores sociais, principalmente de classe média, busquem restabelecer entre a burguesia e as massas o diálogo político que existia em 1964, as relações de classe se caracterizam atualmente por uma cisão horizontal, que deixa, de um lado, a coalizão dominante (essencialmente, a burguesia, os empresários estrangeiros e os grandes proprietários de terra) e, de outro, as classes trabalhadoras da cidade e do campo. A pequena burguesia sofre contraditoriamente o efeito dessa cisão assumindo posições que vão do radicalismo de extrema esquerda ao neo-fascismo de extrema direita, sem esquecer os esforços conciliadores de uma camada do centro, que obedece a palavra de ordem da "redemocratização" lançada pela direção do PC brasileiro.

A prazo mais ou menos curto, é inevitável que essa cisão horizontal nas relações de classe no Brasil, provoque uma guerra civil aberta. A expansão imperialista da burguesia brasileira tem que se basear em uma maior exploração das massas trabalhadoras nacionais, seja porque necessita de uma produção competitiva para o mercado externo, o que implica em salários baixos e mão-de-obra disponível, isto é, índice elevado de desemprego, seja porque se processe juntamente com um aumento da penetração dos capitais norte-americanos, o que exige a extração de uma sobretaxa de lucros às custas da classe operária. Essa intensificação da exploração capitalista do povo brasileiro é fator suficiente para intensificar a luta de classes, comprometendo a posição da burguesia.

O momento preciso em que isso se dará não depende, desde já, tão somente da intensificação da exploração capitalista, senão também do tempo que levará para as massas brasileiras extraírem suas lições dos acontecimentos de 1964 e, principalmente, da capacidade da esquerda de orientá-las nesse processo de maturação. Há que se contar, sem dúvida, com o ritmo acelerado que envolve, em nossos dias, o processo revolucionário na América Latina e com as repercussões que produzirá sobre ele a integração imperialista, o que pode acelerar consideravelmente a reorganização das esquerdas no Brasil.

A conjunção dos movimentos revolucionários do Brasil e dos demais países latino-americanos, isto é, a internacionalização da revolução latino-americana, aparece como a contrapartida inevitável do processo de integração imperialista, em sua nova fase inaugurada pelo golpe militar brasileiro. O fato de que a marcha dessa integração tenda a cindir cada vez mais as relações entre as burguesias nacionais e as massas trabalhadoras deixa antever o caráter dessa revolução que, mais que popular, será socialista. A análise do caso brasileiro proporciona nesse sentido dados e perspectivas sumamente úteis.

O caráter da revolução brasileira

As lutas políticas brasileiras dos últimos 15 anos foram a expressão de uma crise mais ampla, de caráter social e econômico, que parecia não deixar ao país outra saída que a de uma revolução. Sem

²⁵ A rivalidade brasileiro-argentina se exacerbou depois da ascensão ao poder do general Juan Onganía. Entre os muitos pontos de discórdia que existem atualmente entre os dois países, se encontra o aproveitamento das águas do Paraná, e as disputas sobre a influência exercida na Bolívia, Paraguai e Uruguai. Ambos os países têm desenvolvido, além do mais, uma corrida armamentista, expressa nas compras maciças de armas no exterior, e o desenvolvimento acelerado de suas respectivas indústrias bélicas.

duvida, uma vez implantada a ditadura militar, em abril de 1964, as forças de esquerda se viram obrigadas a revisar suas concepções sobre o caráter da crise brasileira, como ponto de partida para a definição de uma estratégia de luta contra a situação que, afinal, prevaleceu. Num diálogo às vezes cheio de amargura, os intelectuais e líderes políticos vinculados ao movimento popular delimitaram duas questões fundamentais hoje: o que é a Revolução Brasileira? O que representa em seu contexto a ditadura militar?

As respostas orientam-se, em geral, ao longo dos fios condutores: a revolução brasileira é entendida, primeiro, como o processo de modernização das estruturas econômicas do país, principalmente através da industrialização, processo que se acompanha de uma tendência crescente de participação das massas na vida política.²⁶ Identificada assim com o próprio desenvolvimento econômico, a Revolução Brasileira teria tido sua fase inicial com o movimento de 1930, havendo-se estendido, ininterruptamente até o golpe de 1964. Paralelamente, e na medida em que os fatores primários do subdesenvolvimento brasileiro constituem a vinculação com o imperialismo e a estrutura agrária que muitos consideram semi-feudal, o conteúdo da Revolução Brasileira seria anti-imperialista e anti-feudal.

Estas duas direções conduzem pois a um só resultado – a caracterização da Revolução Brasileira como uma revolução democrático-burguesa – e repousam em duas premissas básicas: a primeira consiste em equalizar o antagonismo nação-imperialismo como contradição principal do processo brasileiro; a segunda, em admitir um dualismo estrutural nessa mesma sociedade que oporia o setor pré-capitalista com o setor propriamente capitalista. Sua implicação mais importante é a ideia de uma frente única formada pelas classes interessadas no desenvolvimento, basicamente a burguesia e o proletariado, contra o latifúndio e o imperialismo. Seu aspecto mais curioso é o de ligar uma noção antidialética, como a do dualismo estrutural, a uma posição para-dialética, que seria a de uma revolução burguesa permanente, de que os acontecimentos políticos brasileiros, nos últimos 40 anos, não haviam sido mais que episódios.

Nessa perspectiva, o regime militar, implantado em 1964, aparece simultaneamente como uma consequência e uma interrupção. Assim é que, interpretado como um governo imposto de fora pelo imperialismo norte-americano, a ditadura militar é considerada também como uma interrupção e ainda como um retrocesso no processo de desenvolvimento, que se expressaria na depressão a que foi levada a economia brasileira.²⁷ O problema crucial colocado pela adesão da burguesia à ditadura é solucionado ao se admitir que, temendo a radicalização ocorrida nos movimentos de massa nos últimos dias do governo de Goulart, esta classe, do mesmo modo que a pequena-burguesia, apoiou o golpe de estado articulado pelo imperialismo e a reação interna, em virtude da orientação anti-desenvolvimentista e desnacionalizante adotada pelo governo militar.

A partir de tal interpretação, a esquerda brasileira (referimo-nos a seu setor majoritário, representado pelo movimento nacionalista e o Partido Comunista Brasileiro) tomou como bandeira a “redemocratização”, destinada a restabelecer as condições necessárias à participação política das massas e acelerar o processo de desenvolvimento. Em última análise, tratou-se de criar de novo a base necessária ao restabelecimento da frente única operária, isto é, o diálogo político e a conversão de interesses entre as duas classes. E é como, baseada em sua concepção de Revolução Brasileira, esta esquerda não chegou até hoje a outro resultado que é o de assinalar para a crise atual, um retorno ao passado.

O compromisso político de 1937

Seria difícil verificar a exatidão desse compromisso sem examinar cuidadosamente o capitalismo brasileiro, a maneira como vem se desenvolvendo e sua natureza atual. Em geral os estudiosos estão de acordo ao aceitar o ano de 1930 como o momento decisivo que assinalou a passagem de uma economia semi-colonial, fundamentada na exportação de um só produto e caracterizada por sua atividade eminentemente agrícola, para uma economia diversificada, animada por um forte processo de industrialização. Com efeito, se o início da industrialização data de mais de cem anos e esteve incluso na raiz do processo político revolucionário que, vitorioso em 1930, permitiu sua aceleração, e

²⁶ Veja-se como expressão mais acabada desta tendência, a obra de Celso Furtado: *A Pré-Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro, 1962.

²⁷ Segundo a Fundação Getúlio Vargas, entidade semi-oficial, o produto nacional bruto do Brasil apresentou as seguintes variações: 1955-61, 7%; em 62, 5,4%; 1963, 1,6% e 1964, 3%. A taxa de crescimento demográfico do país é, atualmente, de 3,05%. Em 1965, o PNB apresentou sensível recuperação aumentando de uns 5%, porém a produção industrial propriamente dita diminuiu quase na mesma proporção. Finalmente, a partir de 1967, a economia brasileira entrou em uma fase de recuperação.

se a atividade fabril ganhou impulso na década de 1920, não é possível se negar que é a partir da revolução de 1930 que a industrialização se afirma no país, empreendendo a transformação global da velha sociedade.

A crise mundial de 1929 influiu muito neste sentido. Impossibilitado de colocar no mercado internacional sua produção, e sofrendo o efeito de uma procura de seus manufaturados que já não podia ser satisfeita através de importações, o Brasil acelerou a substituição de importações de bens manufaturados, desenvolvendo um processo que parte da indústria leve, para chegar nos anos quarenta à indústria de base. Foi principalmente a crise da economia cafeeira e a pressão da nova classe industrial para participar do poder que produziu o movimento revolucionário de 1930, que obrigou a velha oligarquia latifundiária a romper seu monopólio político, instalando no poder elementos revolucionários encabeçados por Getúlio Vargas.

Durante alguns anos, as forças políticas mantiveram-se num equilíbrio instável, enquanto tentavam novas composições. A investida fracassada da oligarquia, em 1932, reforçou a posição da pequena-burguesia, cuja ala radical, unida ao proletariado, desejava aprofundar o caráter revolucionário, reclamando sobretudo a reforma agrária. A insurreição esquerdista de 1935 termina, porém, com a derrota dessa tendência, o que permite à burguesia consolidar sua posição. Aliando-se à oligarquia e ao setor direitista da pequena-burguesia (o qual seria esmagado no ano seguinte), a burguesia apoiou, em 1937, a implantação de um regime ditatorial, sob a liderança de Vargas.

O Estado Novo de 1937, sendo um regime bonapartista, está longe de representar uma opressão aberta de classe. Ao contrário, através de uma legislação social avançada, que se completou com uma organização sindical de tipo corporativista e um forte aparato policial e de propaganda, tratou de imobilizar as massas operárias. Paralelamente, instituindo o concurso obrigatório para os cargos públicos de nível baixo e médio, concedeu à pequena-burguesia (única classe verdadeiramente letrada) o monopólio dos mesmos, dando-lhes, portanto uma perspectiva de estabilidade econômica.

A questão fundamental está em compreender porque a revolução de 1930 conduziu a esse equilíbrio político e mais exatamente porque tal equilíbrio se fundamentou num compromisso entre a burguesia e a antiga oligarquia latifundiária e mercantil. A esquerda brasileira, fazendo eco a um Virgínio Santa Rosa (intérprete da pequena burguesia radical dos anos 30), tende hoje a atribuir esse fato à ausência de consciência de classe por parte da burguesia, explicável pela circunstância de se haver realizado a industrialização à custa de capitais originários da agricultura, que não encontraram ali um campo de inversão. Incide, a nosso ver, num duplo erro.

Primeiro, o deslocamento de capitais da agricultura para a indústria tem muito pouco a ver, em si mesmo, com a consciência de classe. Não são os capitais que possuem tal consciência, mas sim os homens que os manejam. E nada indica (ao contrário, estudos recentes dizem o inverso) que os latifundiários tenham se convertido, eles próprios, em empresários industriais. O que parece haver acontecido teria sido uma drenagem dos capitais da agricultura para a indústria, por intermédio do sistema bancário, o que de fato explica amplamente o comportamento político indefinido e dúbio dos setores bancários brasileiros.

O segundo erro é o de se acreditar que a burguesia industrial não lutou para impor sua política, sempre que seus interesses não coincidiram com os da oligarquia latifundiária-mercantil. Toda a história político-administrativa do país nos últimos quarenta anos tem sido justamente a história dessa luta, no terreno do crédito, dos tributos, da política cambial. Se o conflito não foi ostensivo, se não estalou em insurreição e guerras civis, foi precisamente porque se desenvolveu no marco de um compromisso político, o de 1937. Os momentos em que esse compromisso foi posto em cheque constituíram aqueles em que mais se convulsionou a vida política do país: 1954, 1961, 1964.

Bem entendido, o compromisso de 1937 expressa de fato uma complementação entre os interesses econômicos da burguesia e das antigas classes dominantes: é neste marco que a drenagem de capitais toma sentido, ainda que não se possa confundir tal drenagem com a complementação mesma.

E é por haver reconhecido a existência desta e atuado em consequência, que não se pode falar da falta de consciência de classe por parte da burguesia brasileira.

Um dos elementos significativos dessa complementaridade foi, com efeito, a drenagem de capitais para a indústria, pela qual a burguesia teve acesso a um excedente econômico que não tinha necessidade de expropriar, visto que se colocava espontaneamente à sua disposição. Não foi, sem dúvida, o único: manter o preço externo do café, enquanto a moeda se desvalorizava internamente, interessava a dois setores – à oligarquia, porque preservava o nível de suas entradas, à burguesia porque funcionava como uma tarifa protecionista. A procura industrial interna era, por outro lado, sustentada exatamente pela oligarquia, necessitada dos bens de consumo que já não podia importar, e em condição de adquiri-lo apenas na medida em que se lhe garantisse o nível de suas entradas.

Esse será, na verdade, o ponto essencial para compreender a complementaridade objetiva em que fundamentava o compromisso de 1937. Trata-se de ver que, sustentando a capacidade produtiva do sistema agrário (mediante a compra e o armazenamento, ou a queima dos produtos não exportados), o Estado garantia à burguesia um mercado imediato, o único na realidade de que podia dispor na crise conjuntural mundial. Por suas características atrasadas, o sistema agrário mantinha, por outra parte, sua capacidade produtiva a um nível inferior às necessidades de emprego das massas rurais, forçando um deslocamento constante da mão-de-obra para as cidades. Esta mão-de-obra emigratória não ia tão somente engrossar as fileiras da classe operária, empregada nas atividades manufatureiras, sendo criar também um excedente de trabalho, isto é, um exército industrial de reserva que permitia à burguesia rebaixar os salários e impulsionar a acumulação de capital exigida pela industrialização. Em conseqüência, uma reforma agrária não faria mais que transformar esse mecanismo, sendo inclusive suscetível de provocar o colapso de todo o sistema agrário, o que liquidaria o mercado para a produção industrial, engendrando o desemprego maciço no campo e na cidade, e desencadeando, pois, uma crise global na economia brasileira.

É por isso que não se pode falar de uma dualidade estrutural dessa economia, tal como se a entende, ou seja, como uma oposição entre dois sistemas econômicos independentes e hostis, sem que a questão resulte seriamente controversa.²⁸ Ao contrário, o ponto fundamental é reconhecer que a agricultura de exportação foi a base mesma sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro. Mais que isso, e de um ponto de vista global, a industrialização foi a saída que o capitalismo brasileiro encontrou no momento em que a crise mundial, iniciada com a guerra de 1914, agravada pelo "crack" de 1929 e levada a seu paroxismo com a guerra de 1939, transformava o mecanismo dos mercados internacionais. Esse raciocínio conduz também à rejeição da tese de uma revolução permanente da burguesia, visto que se tem de demarcar sua revolução no período 1930 – 1937. O "Estado Novo" não apenas significou a consolidação da burguesia no poder: representou também, a renúncia dessa classe a qualquer iniciativa revolucionária, sua aliança com as velhas classes dominantes, contra as alas radicais da pequena-burguesia, assim como das massas proletárias e camponesas, e o processamento do desenvolvimento capitalista nacional pela via traçada pelos interesses da coalizão dominante, e de que ele é expressão.

A ruptura da complementaridade

Alimentada com o excedente econômico criado pela exploração dos camponeses e tendo a estrutura agrária como elemento regulador da produção industrial e do mercado de trabalho, a indústria nacional que se desenvolveu entre os anos 30-50, dependeu da manutenção dessa estrutura, ainda que enfrentando constantemente o latifúndio e o capital comercial no que se refere à apropriação de lucros criados pelo sistema.

Na verdade, e na medida em que se realizou o desenvolvimento econômico, o pólo industrial dessa relação tendeu à autonomia e entrou em conflito com o pólo agrário. É possível identificar três fatores na raiz desse antagonismo.

O primeiro se refere à crise geral da economia de exportação no Brasil, como resultado das novas tendências que regeu o mercado mundial de matérias primas. Adiada pela guerra de 1939 e pelo conflito coreano, essa crise retornaria ostensivamente a partir de 1953. A incapacidade do principal mercado comprador dos produtos brasileiros – o norte-americano – para absorver as exportações tradicionais no país, a concorrência dos países africanos e dos próprios países industrializados e a formação de zonas preferenciais, como o Mercado Comum Europeu, tornariam-na irreversível.

Essa situação já determinava que a complementaridade, até então existente, entre a indústria e a agricultura, deveria ser posta em dúvida. Além da acumulação de produtos não vendidos que, devendo ser financiados pelo governo, representavam uma imobilização de recursos retirados à atividade industrial, a agricultura já não oferecia à indústria o montante de divisas que esta necessitava em escala ascendente para importação de equipamentos e bens intermediários, fosse para manter em produção o material manufaturado existente, ou principalmente, para propiciar a implantação da indústria pesada. Assim foi que, apesar do aumento de 55% das exportações mundiais, entre 1951 e 1960, crescendo à taxa geométrica anual de 5,03%, as exportações brasileiras diminuíram no mesmo período em 38%, baixando à taxa média geométrica anual de 3,7%.²⁹ Enquanto isso, as importações de matérias primas, combustíveis, bens intermediários, equipamentos para atender à depreciação e o trigo, representavam 70% do total das importações, o que torna

²⁸ A refutação mais radical da tese do dualismo estrutural foi feita por Andrew Gunder Frank, em seu *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, Nova York, Monthly Review Press, 1967.

²⁹ Dados proporcionados pela revista da Confederação nacional da Indústria do Brasil, *Desenvolvimento e Conjuntura* – Rio de Janeiro, março de 1965, p. 11.

extremamente rígida a conta da balança comercial, já que cerca dos 70% do total da importação era constituído por produtos indispensáveis à manutenção da produção interna corrente e à satisfação das necessidades básicas da população.³⁰

Um segundo fator estimulador do antagonismo entre a indústria e a agricultura, foi a incapacidade desta em abastecer os mercados urbanos do país, em franca expansão. As necessidades surgidas no abastecimento de matérias primas e gêneros alimentícios às cidades provocaram a alta de preços de uma e de outra. Conseqüência do caráter atrasado da agricultura que resultou por sua vez da concentração da propriedade da terra – fato esse posto em evidência por sua repercussão ao nível de vida da classe operária. A pressão sindical em prol de melhores salários aumentou essa tendência, encarecendo seriamente o resto da produção industrial, conduzindo após longo prazo à depressão econômica.

Um último fator que pode ser levantado, para fins analíticos, foi a modernização tecnológica que acompanhou o processo de industrialização, principalmente depois da guerra de 1939. Reduzindo a participação do trabalho humano na atividade manufatureira, em termos relativos, ela levou a que se produzisse uma forte margem entre os excedentes de mão-de-obra liberada pela agricultura e as possibilidades de emprego criadas pela indústria. O problema não teria sido tão grave se a mão-de-obra excedente estivesse em condições de competir com a mão-de-obra empregada, pois a existência de um exército industrial de reserva neutralizaria a pressão sindical pelo aumento de salários, resistindo ao efeito da alta dos preços agrícolas internos. Isso, porém não se deu, já que essa mão-de-obra apenas podia se oferecer para certas atividades que exigem pouca qualificação de trabalho (a construção civil, por exemplo) aumentando sua incapacidade profissional ao mesmo tempo em que a modernização tecnológica, como conseqüência, os setores chaves da economia, como a metalúrgica, a indústria mecânica, a química, não puderam beneficiar-se do aumento real da oferta de trabalho, em proporção da migração interna da mão-de-obra.

Nestas condições, as migrações rurais representaram cada vez mais um agravamento dos problemas sociais urbanos. Esses problemas se uniram aos oriundos do campo, onde se estendia a luta pela posse da terra e se produziam movimentos como os das Ligas Camponesas. Sem chegar jamais a determinar o sentido da evolução da sociedade brasileira, o movimento camponês, com seus conflitos sangrentos e suas reivindicações radicais, acabou por converter-se no pano de fundo donde se projetou a radicalização da luta de classes nas cidades.

A ruptura da complementaridade entre a indústria e a agricultura, conduzindo à reivindicação da necessidade da reforma agrária, determinou por parte da burguesia o desejo de revisão do compromisso de 1937, revisão tentada com o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Na realidade, o que se passava era que o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro chocava-se com o limite imposto pela estrutura agrária. Ao se debater com outro limite, representado por suas relações com o imperialismo, todo o sistema entrou em crise, a qual não somente evidenciou sua verdadeira natureza como também rumaria em direção a uma nova etapa de seu desenvolvimento.

A investida imperialista

No período chave de seu desenvolvimento, isto é, entre 1930 e 1950, a indústria brasileira beneficiou-se da crise mundial do capitalismo. Isto não se deveu apenas à impossibilidade em que se encontrou a economia nacional a fim de satisfazer, através das importações, a demanda interna de bens manufaturados, como também porque a crise permitiu-lhe adquirir por baixos preços os equipamentos necessários à sua implantação e principalmente aliviou consideravelmente a pressão dos capitais estrangeiros no Brasil. Essa situação se generaliza para o conjunto dos países latino-americanos. As inversões diretas norte-americanas na América Latina, que haviam sido da ordem de 3.462 milhões de dólares em 1929, baixaram a 2.705 milhões em 1940; todavia em 1946, o montante dessas inversões foi inferior ao de 1929, em 1950 alcançou já um nível superior, somando 4.445 milhões, para chegar, em 1952 aos 5.443 milhões de dólares, dobrando por conseguinte a soma de princípios da década de 1960.

Essa mudança de tendência não se limitou ao montante das inversões, mas afetou também a sua estrutura. Assim, enquanto em 1929 apenas 231 milhões (menos de 10% do total) eram investidos na indústria manufatureira, em 1950 este setor atraía 7,5% (780 milhões) e 21,4% em 1952 (1.166

³⁰ Programa de Ação Econômica do Governo, 1964 – 1966, op.cit. pag. 120-121. Na continuação, o documento assinala explicitamente: *"Se o país não conseguir inverter num futuro próximo a tendência desfavorável da capacidade de importação nos últimos anos, será talvez necessário racionar as importações mais além da margem mencionada de 30%, com o que se comprometeria não somente a taxa de desenvolvimento econômico, como também a produção corrente"*.

milhões de dólares). Se tomarmos a relação entre a incidência de inversões no setor agrícola e no mineral, petróleo e manufatura, veremos que a distribuição proporcional de 10% e 45%, respectivamente, que existia em 1929, passou a ser de 10% e de 60% do total em 1952.

Na história das relações da América Latina com o imperialismo norte-americano, os primeiros anos da década de 1950 constituem, pois, um *"tournant"*. Assim também para o Brasil. Foi quando a crise do sistema tradicional de exportação saltou à vista, como assinalamos anteriormente. Porém, sobretudo foi quando se intensificou a penetração direta do capital imperialista no setor manufatureiro nacional, de tal maneira que as inversões americanas, que haviam sido de 46 milhões de dólares em 1929, de 70 milhões em 1940 e de 126 milhões em 1946, chegaram em 1950 a 284 milhões e em 1952 a 513 milhões de dólares, enquanto o montante global dessas inversões em todos os setores passou de 194 milhões em 1929 para 240 em 1940, de 323 milhões em 1946, 644 em 1950, e 1.018 milhões de dólares em 1952.³¹

Essa investida dos capitais privados dos Estados Unidos foi acompanhada de uma mudança nas relações entre o governo desse país e o do Brasil. Durante o período da guerra, o governo brasileiro tentou obter ajuda financeira pública norte-americana para projetos industriais de importância, como a implantação siderúrgica de Volta Redonda, que permitiu a afirmação efetiva de uma indústria básica no país. Após a guerra, uma missão norte-americana visitou o Brasil a fim de realizar um estudo de suas possibilidades econômicas e industriais, publicando seu informe de 1949, enquanto o governo brasileiro elaborava o Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia), para o período de 1945-54. Em 1950, entretanto, seria criada a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, sendo aprovado pelos dois governos um projeto de financiamento público norte-americano da ordem de 500 milhões de dólares, para os projetos destinados a superar os pontos de estrangulamento nos setores infraestruturais e de base.

A execução desse projeto de financiamento foi dificultada, entretanto, pelo governo norte-americano, que (com a sucessão, em 1952, do republicano Eisenhower ao democrata Truman) acabou por negar-se a reconhecer a obrigatoriedade do convênio de ajuda. A tática era clara: tratava-se de impossibilitar à burguesia brasileira o acesso a recursos que a permitissem superar com relativa autonomia os pontos de estrangulamento surgidos no processo de industrialização, e forçando-a a aceitar a participação direta dos capitais privados norte-americanos, os quais, como já assinalamos, empenhavam-se numa investida sobre o Brasil. Tal tática será adotada, daí em diante, de maneira sistemática, pelos Estados Unidos, ficando na raiz do conflito entre o governo Kubitschek e o Fundo Monetário Internacional, que explodiu desde 1958, e da oposição posterior entre os governos de Quadros e Goulart e a administração norte-americana.

Imperialismo e burguesia nacional

A burguesia nacional tentava reagir contra a pressão dos Estados Unidos em três ocasiões distintas: a primeira, em 1953 – 1954, com a mudança repentina de orientação verificada no governo de Vargas (que deposto em 1945, retornara ao poder em 1951 como candidato vitorioso da oposição). Buscando reforçar-se na política externa por meio de uma aproximação com a Argentina de Perón, Vargas alterou sua política interna, lançando um programa desenvolvimentista e nacionalista, expresso na ressurreição do Plano SALTE (esquecido e novamente posto em cena com o nome de Plano Lafer), na lei do monopólio estatal do petróleo, e na proposição ao Congresso de um projeto instituindo regime idêntico para a energia elétrica, na criação do Fundo Nacional de Eletrificação e na elaboração de um programa federal de construção de rodovias. Uma primeira regulamentação da remessa de lucros do capital estrangeiro é ditada, ao mesmo tempo em que se anunciou uma nova regulamentação mais rigorosa e que o governo enviou ao Congresso uma lei de taxaço sobre os lucros extraordinários. Paralelamente, em práticas palacianas, ventilou-se a intenção governamental de atacar o problema do latifúndio, por meio de uma reforma agrária baseada em expropriação e distribuição de terras. Para sustentar sua política, Vargas decidiu mobilizar o proletariado urbano; o Ministro do Trabalho João Goulart concedeu um aumento de 100% sobre os níveis do salário mínimo e conclamou as organizações trabalhistas a apoiarem o governo.

A tentativa fracassou. Pressionado pela direita, hostilizado pelo Partido Comunista e acossado pelo imperialismo (principalmente graças a manobras que diminuíram o preço do café, desencadeando uma crise cambial), o ex-ditador aceitou a demissão de Goulart e imediatamente e mediante várias concessões buscou um acordo com a direita. Porém a luta já tinha ido muito adiante e o abandono da política de mobilização operária, expressa na substituição de Goulart, serviram tão somente para

³¹ Os dados sobre as inversões norte-americanas na América Latina e no Brasil foram cedidos pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em sua publicação *VS Investimento In The Latin América Economy – 1957*.

entregá-lo, indefeso, aos seus inimigos. A 24 de agosto de 1954, virtualmente deposto, Vargas suicidou-se.

A Instrução 113, expedida pelo governo de Café Filho e mantida por Juscelino Kubitschek (que assumiu a presidência da República em 1956), consagrou a vitória do imperialismo. Criando facilidades excepcionais para o ingresso dos capitais estrangeiros, esse instrumento jurídico correspondeu a um compromisso entre a burguesia brasileira e os grupos econômicos norte-americanos. O fluxo de inversões privadas procedentes dos Estados Unidos alcançou, em menos de 5 anos, cerca de 2,5 bilhões de dólares, impulsionando o processo de industrialização e afrouxando a pressão que a deterioração das exportações tradicionais exercia sobre a capacidade de importação. Observemos que essa penetração de capital imperialista apresentou três características principais: dirigiu-se quase que em sua totalidade à indústria manufatureira e de base, processou-se sob forma de introdução no país de máquinas e equipamentos já obsoletos nos Estados Unidos; e realizou-se em grande parte através da associação de companhias norte-americanas e empresas brasileiras.

Até 1960, a deterioração das relações de intercâmbio comercial e a tendência das inversões estrangeiras ao declínio, agravadas pelos movimentos da classe operária (em virtude, principalmente, da já assinalada alta dos preços agrícolas internos), aguçam novamente as tensões entre a burguesia brasileira e os monopólios norte-americanos. Jânio Quadros, sucessor de Kubitschek em 1961, tentará cortar a crise que se avizinha. Expressando os interesses da grande burguesia de São Paulo, Quadros estabeleceu uma política econômica de contenção dos níveis salariais e de liberalismo, cujo objetivo era criar novos atrativos para inversões de capital, inclusive as estrangeiras, ao mesmo tempo em que propunha a reforma de base, sobretudo no campo. A isso se aliou uma orientação independente na política externa, que se destinou a ampliar o mercado brasileiro para exportações tradicionais, diversificar suas fontes de abastecimento de matéria-prima, equipamentos, e possibilitar a exportação de produtos manufaturados para a África e a América Latina. Baseado no poder da discussão que essa diplomacia lhe dava a na aliança com a Argentina de Frondizi (aliança concretizada com o acordo de Uruguaiana, firmado em abril de 1961), Quadros tentará também, sem êxito, impor condições na Conferência de agosto de Punta Del Este, onde se consagrou o programa da Aliança para o Progresso, e que representou uma revisão da política interamericana.

Como Vargas, Quadros fracassou. A reação da direita, a pressão imperialista, a insubordinação militar levam-no ao gesto dramático da renúncia. Goulart, que o sucedeu, depois de frustrada uma tentativa – prenúncio do que o país passaria em 1964 – de a tutela militar sustentar o país, dedicará todo o ano de 1962 a restabelecer a integridade de seus poderes, que o parlamentarismo, em 1961 limitara. Para isso reviveu na política nacional a frente-única operário-burguesa de inspiração varguista, apoiando-se agora no Partido Comunista.

Ainda que as tentativas de restabelecimento da aliança com a Argentina não tivessem produzido resultados, nem as de substituir essa aliança pela aproximação com o México e Chile, a política externa brasileira não sofreu, com Goulart, mudanças sensíveis. Internamente aguçou-se a oposição entre a burguesia, sobretudo suas camadas inferiores e o imperialismo, levando à concretização do monopólio estatal da energia elétrica, que Vargas propusera em 1953, e a regulamentação da remessa de lucros das empresas estrangeiras. Sem dúvida, em 1963, após o plebiscito popular que restaurou o presidencialismo, o governo teria que enfrentar um problema insolúvel: obter apoio operário para a política externa e as reformas de base, e conter, conforme exigências da burguesia, as reivindicações salariais. A impossibilidade de solucionar essa parelha conduziu o governo ao imobilismo que acelerou a crise econômica, aguçando a luta de classes e abrindo, finalmente, as portas para a intervenção militar.

Este exame superficial das lutas políticas brasileiras nos últimos quinze anos parece dar razão à concepção largamente aceita pela corrente majoritária da esquerda, de uma burguesia desenvolvimentista, antiimperialista e anti-feudal. A primeira questão está, sem dúvida, em saber o que se entende por burguesia nacional. As vacilações da política da burguesia e, sobretudo, a conciliação com o imperialismo, posta em prática no período de Juscelino, provocaram teorias que falavam de setores da burguesia comprometidos com o imperialismo, em oposição à burguesia puramente nacional. Para muitos, esta última se identifica com a pequena e média burguesia, qualificando os citados setores comprometidos como burguesia monopolista ou grande burguesia. A distinção tem sua razão de ser. Pode-se, com efeito, considerar que as nacionalizações, as reformas de base, a política externa independente representaram para a grande burguesia, quer dizer, para seus setores economicamente mais fortes, mais um instrumento de chantagem, destinado a aumentar seu poder de discussão frente ao imperialismo, que uma estratégia para lograr um desenvolvimento propriamente autônomo do capital nacional. Inversamente, para a média e pequena-burguesia (predominantes setorialmente no setor da indústria têxtil e na indústria de auto-peças e, regionalmente, no Rio Grande do Sul), tratava-se efetivamente de limitar e ainda excluir a participação do imperialismo na economia brasileira. A essas camadas burguesas mais fracas se uniram certos grupos industriais de grande dimensão, todavia em fase de implantação, favoráveis,

portanto a uma política protecionista, como no caso da jovem Siderurgia de Minas Gerais, onde se verificou, entretanto, fortes incidências de capitais alemães e japoneses.

A razão para essa diferença de atividades entre a grande burguesia e suas camadas inferiores é evidente. Frente à penetração dos capitais norte-americanos, a primeira tinha uma opção, significava uma convivência. É natural que o capital estrangeiro, entrando no país sob formas principalmente de equipamento e know-how, buscasse associação com as grandes unidades de produção, capazes de absorver uma tecnologia que, pelo fato de ser obsoleta nos Estados Unidos, não deixava, contudo, de ser avançada para o Brasil. Aceitando essa associação e beneficiando-se das empresas nacionais aumentavam sua mais-valia relativa e sua capacidade competitiva no mercado interno. Nessas condições, a penetração de capitais norte-americanos significava a absorção e a falência das unidades mais fracas, expressando-se numa acelerada concentração de capitais, que engendrou estruturas de caráter cada vez mais monopolistas.

Isto explica que tenham sido as camadas inferiores da burguesia e os grandes grupos (não necessariamente nacionais), mas de qualquer modo incapazes de sustentar a concorrência com os capitais norte-americanos, que moveram verdadeira oposição à política econômica liberal de Quadros por beneficiar monopólios nacionais e estrangeiros, e os que impulsionaram, no período de Goulart, a adoção de medidas restritivas aos investimentos externos, tais como a regulamentação de remessa de lucros – enquanto a grande burguesia de São Paulo tendia para atitudes muito mais moderadas. Nada disso impediu que a intensificação das inversões norte-americanas, nos anos 50, aumentasse desproporcionalmente o peso do setor estrangeiro na economia e na vida política do Brasil. Além de acelerar a transferência do controle de setores básicos de produção para os grupos norte-americanos e subordinar definitivamente o processo tecnológico brasileiro aos Estados Unidos, isso aumentou a influência dos monopólios estrangeiros na elaboração das decisões políticas e atenuou a ruptura que se havia produzido entre a agricultura e a indústria.³²

Sem dúvida, como os fatos demonstraram, o que estava em jogo para todos os setores da burguesia não era especificamente o desenvolvimento, nem o imperialismo, mas sim a taxa de lucros. No momento em que os movimentos de massa pró-elevação dos salários aumentaram a burguesia esqueceu suas diferenças internas para fazer frente à única questão que lhe preocupava de fato: a redução de seus lucros. Isso foi tanto mais verdadeiro quando não somente a alta de preços agrícolas, aparecidas aos olhos da burguesia como um elemento determinante das reivindicações operárias, passou a segundo plano em virtude da autonomia que ganhavam tais reivindicações, como também pelo caráter político que essas assumiram pondo em perigo a própria estrutura de dominação vigente no país. A partir do ponto em que as reivindicações populares mais amplas se uniram às do proletariado, a burguesia – com olhos voltados para o exemplo cubano – abandonou totalmente a idéia da frente única de classes, entrando para as fileiras da reação.

Essas amplas reivindicações populares que mencionamos resultavam em grande parte do dinamismo que ganhara o movimento camponês, mas se explicavam, sobretudo pelo agravamento do problema de desemprego da população urbana, intensificado com a modernização tecnológica. Essa modernização de origem estrangeira e exigindo da mão-de-obra uma qualificação que esta não possuía acabou por criar uma situação paradoxal: enquanto aumentava o desemprego de mão-de-obra em geral, o mercado de trabalho de mão-de-obra qualificada se esgotava, constituindo-se num ponto de estrangulamento, mas que requeria todo um programa de formação profissional, quer dizer, tempo e recursos para ser superado. A força adquirida pelos sindicatos desses setores (metalúrgicos, petróleo, indústrias mecânicas e químicas) compensava a desvantagem que o desemprego criava para os demais (construção civil, indústrias têxteis), impulsionando para uma alta de salários em conjunto.

A solução imediata do problema por parte da burguesia implicava na contenção coercitiva dos movimentos reivindicatórios e numa nova ordem de modernização tecnológica que, aumentando a produtividade do trabalho, permitisse reduzir a participação da mão-de-obra na produção e, portanto, afrouxar a pressão que o efeito do desemprego exercia sobre o mercado de trabalho qualificado. Para a contenção salarial a burguesia necessitou criar condições que não derivaram, evidentemente, da frente operário-burguesa, que o governo e o PC insistiam em proporcionar-lhe. A fim de renovar sua tecnologia, não podia contar com parcas divisas supridas pela exportação, e nem sequer agora com o recurso das inversões estrangeiras.

Com efeito, desde 1961, tornou-se cada vez mais sentida a resistência dos sindicatos ao processo inflacionário dos salários, verificando-se, inclusive por parte desses, uma ligeira tendência à recuperação, ao mesmo tempo em que se acelerou, por meio do mecanismo de preço e em virtude da rigidez da oferta agrícola, a transferência de recursos da indústria para a agricultura. As tentativas da

³² Principalmente porque as empresas acionistas estrangeiros dependem das divisas produzidas pela exportação para remeter seus lucros ao exterior.

burguesia para impor uma estabilidade monetária (1961-1963) fracassaram. Suas tentativas para acionar em benefício próprio o processo inflacionário, através de altas sucessivas dos preços industriais, apenas levaram esse processo a ritmo mais acelerado, em virtude das respostas imediatas que lhe dão o setor comercial e agrícola e as classes assalariadas.³³ A elevação conseqüente dos custos de produção provocou sucessivas baixas na taxa de lucros: as inversões decaíram, não somente as nacionais, como também as estrangeiras.

Com o recesso dos investimentos estrangeiros, fechou-se a porta para as soluções de compromisso que a burguesia vinha aplicando desde 1955, ao fracassar sua primeira tentativa de promover o desenvolvimento capitalista autônomo do país. A situação que deveria enfrentar agora era ainda mais grave, visto que com o desenvolvimento da crise da balança de pagamentos (o ponto de estrangulamento cambial se aguçou), e isto no momento mesmo em que, terminado o prazo de maturação das inversões realizadas na segunda metade dos anos 50, os capitais estrangeiros pressionavam fortemente para exportar seus lucros. Assim, a crise cambial se traduzia na deterioração da capacidade de importar, a qual não somente não podia ser liberada mediante o recurso aos capitais estrangeiros, como também era agravada pela ação mesma desses capitais. A conseqüência da pressão dessas garras sobre a economia nacional era, pela primeira vez desde os anos 30, uma verdadeira crise industrial.

Na realidade, o que se encontrava em cheque era todo o sistema capitalista brasileiro. A burguesia – grande, média, pequena – compreendeu e esqueceu suas pretensões autárquicas, assim como a pretensão de melhorar sua participação frente ao sócio maior norte-americano, preocupando-se unicamente em salvar o próprio sistema. E foi como chegou ao regime militar, implantado em 1º de abril de 1964.

O subimperialismo

A ditadura militar aparece assim como a conseqüência inevitável do desenvolvimento capitalista brasileiro e como uma tentativa desesperada de abrir-lhe novas perspectivas de desenvolvimento. Seu aspecto mais evidente tem sido a contenção pela repressão do movimento reivindicativo das massas. Intervindo nos sindicatos e demais órgãos da classe, dissolvendo os agrupamentos políticos de esquerda, amordaçando a imprensa, prendendo operários e camponeses, promulgando uma lei de greve, que impede o exercício do direito de trabalho, a ditadura tentou promover, pelo terror, um novo equilíbrio entre as forças produtivas. Baixaram-se normas fixando-se limites para os reajustes salariais e regulamentando rigidamente as negociações coletivas entre os sindicatos e empresários, que acarretaram uma redução sensível do valor real dos salários.³⁴

Para executar essa política antipopular, foi necessário reforçar a coalizão das classes dominantes. Desse ponto de vista, a ditadura correspondeu a uma ratificação do compromisso de 1937 entre a burguesia e a oligarquia latifundiária mercantil. Isto ficou claro ao renunciar a burguesia a uma reforma agrária efetiva, que ferisse o atual regime da propriedade da terra. A reforma agrária adotada pelo governo militar tem se limitado à tentativa de criar melhores condições para o desenvolvimento agrícola, mediante a concentração das inversões e da formação de fundos para assistência técnica, deixando as expropriações para os casos críticos de conflito pela posse da terra. Tratava-se, em suma, de intensificar no campo o papel da capitalização, que além de exigir um longo prazo não pode realizar-se em grande escala, em virtude do recesso global das inversões.

É necessário, porém, levar em conta que não foi a necessidade de apoio político do latifúndio a única causa para essa atitude. A contenção salarial significa, por outro lado, o caráter agudo que tinha para a burguesia a alta dos preços agrícolas, visto que esses já não podem repercutir normalmente sobre o custo de produção industrial. Por outro lado, a ditadura militar passou a exercer uma estreita vigilância sobre o comportamento dos preços agrícolas, mantendo-os por meio da força, num nível tolerável para a indústria. Finalmente, a razão determinante para o restabelecimento integral da aliança de 1937 foi o desinteresse relativo da grande burguesia quanto à uma dinamização efetiva do mercado interno brasileiro. Voltamos a este ponto.

Outro aspecto da atuação realizada pela ditadura militar consistiu na criação de estímulos e atrativos para as inversões estrangeiras, principalmente os Estados Unidos. Mediante a revogação das

³³ A taxa de inflação acelerou-se em 1959, passando da média anual de 20%, que apresentou entre 1951-58 a 52%. Depois de atenuar-se em 1960 aumentou progressivamente até alcançar 81% em 1963.

³⁴ Tomando como base o índice oficial do custo de vida, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), de São Paulo, demonstrou que, nos primeiros anos do regime militar e frente as altas do custo de vida de 86% e 45,5%, respectivamente, os salários aumentaram apenas 83% em 1964 e 40% em 1965. Nesse último ano, a redução do poder aquisitivo real do salário operário foi da ordem de 15,3%.

limitações à ação do capital estrangeiro, como a estabelecida a lei da remessa de lucros, a concessão de privilégios a certos grupos como ocorreu no caso com a Hanna Corporation, a assinatura de acordo de garantias favorecendo as inversões norte-americanas, tratou-se de atrair ao país esses capitais. Simultaneamente, contendo o crédito para a produção (o que leva as empresas a tentarem concorrer com o capital estrangeiro ou ir à falência, sendo compradas então a baixo preço pelos grupos internacionais); estimulando a chamada "democratização do capital" (o que implica, na fase de depressão, em facilitar ao único setor forte da economia, o estrangeiro, o acesso a pelo menos parte do controle das empresas); criando fundos estatais e privados de financiamentos, baseados em empréstimos externos, tributando fortemente a folha de pagamento das empresas (o que as obriga a renovar sua tecnologia a fim de reduzir a participação do trabalho e buscar a associação com capitais estrangeiros) – o governo militar promove a integração acelerada da indústria nacional com a norte-americana. O instrumento principal para alcançar esse objetivo foi o "*Programa de Ação Econômica do Governo*" elaborado no governo de Castelo Branco para o período de 1964-1966. A fim de atrair investimentos estrangeiros, na verdade, o argumento principal do governo foi a baixa dos custos de produção no país, obtida pela contenção das reivindicações da classe operária.

A política de integração ao imperialismo tem um duplo efeito: aumenta a capacidade produtiva da indústria, graças ao impulso que dá às inversões e à modernização tecnológica, mas, em virtude desta última, acelera o desequilíbrio existente entre o crescimento industrial e a criação de empregos pela indústria. Não se trata, como vimos, apenas de reduzir a oferta de empregos para os novos contingentes que chegam anualmente, na proporção de 1 milhão, ao mercado de trabalho; implica também na redução da participação da mão-de-obra na atividade, aumentando fortemente a incidência de desemprego.

A integração capitalista acentua, pois, a tendência do capitalismo industrial brasileiro que se torna incapaz de criar mercados na proporção de seu desenvolvimento e, mais ainda, o impulsiona a restringir tais mercados, em termos relativos. Trata-se de uma distorção da lei geral de acumulação capitalista, quer dizer, a absolutização da tendência ao pauperismo, que leva ao estrangulamento da própria capacidade produtiva do sistema, já evidenciada nos altos índices de "capacidade ociosa", verificados na indústria brasileira ainda em sua fase de maior expansão. A marcha dessa contradição fundamental do capitalismo brasileiro o leva à mais total irracionalidade, quer dizer, leva-o a expandir a produção, restringindo cada vez mais a possibilidade de criar um mercado nacional, comprimindo os níveis internos de consumo e aumentando constantemente o exército industrial de reserva.

Esta contradição não é própria do capitalismo brasileiro, mas sim comum ao capitalismo em geral. Nos países capitalistas centrais, sem dúvida, sua incidência tem sido restringida de duas maneiras: pelo ajuste do processo tecnológico às condições de seu mercado de trabalho³⁵ e pela incorporação de mercados externos (entre eles o Brasil mesmo) e suas economias. A irracionalidade do desenvolvimento capitalistas no Brasil deriva precisamente da impossibilidade em que se encontra para controlar seu processo tecnológico, já que a tecnologia representa para ele, um produto de importação condicionado por fatores aleatórios como a posição da balança comercial e os movimentos externos de capital; e das circunstâncias particulares que o país deve enfrentar para, repetindo o que fizeram os sistemas mais antigos, buscar no exterior a solução para o problema do mercado.

Praticamente isso se traduz, em primeiro lugar, no impulso da economia brasileira para o exterior, no afã de compensar com a conquista de mercados já formados, principalmente na América Latina, sua incapacidade para ampliar o mercado interno.³⁶ Esta forma de imperialismo conduz, sem dúvida, a um subimperialismo. Com efeito, não é possível a burguesia competir em mercados já divididos pelos monopólios norte-americanos, e o fracasso da política externa independente de Quadros e Goulart o demonstra. Por outro lado, essa burguesia depende para o desenvolvimento de sua indústria de uma tecnologia cuja criação é privativa de ditos monopólios. Não lhe resta, pois, senão a alternativa de oferecer a estes uma sociedade no próprio processo de produção no Brasil, e argumentar com as extraordinárias possibilidades de lucros que a contenção coercitiva do nível salarial da classe operária contribui para criar.

O capitalismo brasileiro se orientou, assim, para um desenvolvimento monstruoso, uma vez que chega à etapa imperialista antes ter efetuado a mudança global da economia nacional e em uma situação de dependência crescente frente ao imperialismo internacional. A consequência mais importante desse fato é que, ao contrário do que ocorre com as economias centrais, o imperialismo brasileiro não pode

³⁵ Este tema, já amplamente desenvolvido por Marx, recebe uma roupagem nova por parte de Celso Furtado, em sua *Dialética do Desenvolvimento*, México, 1965.

³⁶ Tomando 1962 como base, os índices de exportação de produtos manufaturados brasileiros foram de 102 em 1963, 152 em 1964, 317 em 1965 e 272 em 1966. Dados divulgados por *Desenvolvimento e Conjuntura*, Rio de Janeiro, dezembro de 1966, p.10. Considerou-se no cálculo apenas o período de janeiro-agosto.

converter a exploração que pretende realizar no exterior em um fator de elevação do nível de vida interno, capaz de amortecer o ímpeto da luta de classes: pelo contrário, devido à necessidade de proporcionar um sobre lucro a seu sócio maior norte-americano, tem que agravar violentamente a exploração do trabalho no marco da economia nacional, num esforço para reduzir seus custos de produção.

Trata-se, enfim, de um sistema que já não é capaz de atender às aspirações de progresso material e de liberdade política que hoje mobilizam as massas brasileiras. Inversamente, tende a exacerbar seus aspectos mais irracionais, canalizando quantidades crescentes do excedente econômico para o setor improdutivo da indústria bélica e, pela necessidade de absorver parte da mão de obra desempregada, aumentando seus efetivos militares. Não cria, desta maneira, tão somente as premissas para sua expansão para o exterior: reforça também internamente o militarismo, destinado a avalizar a ditadura aberta que a burguesia viu-se na contingência de implantar.

Revolução e luta de classes

É nessa perspectiva que se determina o verdadeiro caráter da Revolução brasileira. Evidentemente, nos referimos aqui a um processo vindouro, já que falar dele como o de algo existente, na fase contrarrevolucionária que atravessa o país, não tem sentido. Identificar essa revolução com o desenvolvimento capitalista é uma falácia, semelhante à da imagem de uma burguesia antiimperialista e anti-feudal. O desenvolvimento industrial capitalista foi, na realidade, o que prolongou no Brasil a vida do velho sistema semi colonial, no lugar de libertar o país do imperialismo, vinculou-o ainda mais estreitamente, acabando por conduzi-lo à presente etapa subimperialista, o que corresponde à impossibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo no Brasil.

A noção de uma "burguesia nacional" de pequeno porte, capaz de realizar as tarefas que a burguesia monopolista não levou a cabo, não resiste, por sua vez, à menor análise. Não se trata somente de assinalar que os interesses primários dessas camadas burguesas são os de qualquer burguesia, quer dizer, a preservação do sistema contra toda ameaça proletária, como o demonstrou seu apoio ao golpe militar de 1964. Trata-se, principalmente, de ver que a atuação política da chamada "burguesia nacional" expressou seu atraso econômico e tecnológico e corresponde à mesma posição reacionária ainda em relação ao desenvolvimento capitalista.

O motor desse desenvolvimento está constituído, sem deixar dúvidas, pela indústria de bens intermediários e de equipamentos, quer dizer, por aquele setor onde reina soberana a burguesia monopolista associada aos grupos estrangeiros. São as necessidades próprias desse setor que impulsionam o capitalismo brasileiro para a etapa subimperialista, único caminho que encontrou o sistema para continuar se desenvolvendo. A esta alternativa, a "burguesia nacional" nada tem que contrapor, senão uma demagogia nacionalista e populista, que apenas encobre sua incapacidade de fazer frente aos problemas colocados pelo desenvolvimento econômico.

A prova disto está em que, apesar da força que os setores médios e pequenos da burguesia desfrutaram no período de Goulart, graças a que seus representantes ideológicos ocupavam a maioria dos postos oficiais, não tentaram encontrar uma saída para a crise econômica que se avizinhava. Ao contrário, na medida em que a marcha da crise se traduzia na radicalização política, esses setores se submergiram na perplexidade e pânico, até o ponto de entregar, sem resistência, à burguesia monopolista, a liderança que dispunham.

A política subimperialista da grande burguesia, tratando de compensar a queda das vendas internas, com a expansão exterior, não pôde, sem dúvida, aproveitar a chamada "burguesia nacional", que, em meio de falências e concordatas se viu empurrada para uma situação desesperadora. Aproveitando-se das dificuldades encontradas para a execução da política subimperialista (dificuldades determinadas em grande parte pelo esforço da guerra norte-americana no Vietnã e pelas mudanças da política argentina, posteriores ao golpe militar de 1966 neste país), esta burguesia trabalhou no sentido de introduzir modificações na política econômica do governo, a fim de aliviar sua situação. Tais modificações se manifestaram, principalmente, numa liberação do crédito oficial, que se realizasse sem uma correspondente liberação dos salários, agravaria ainda mais a exploração da classe operária; e se se completasse com a liberalização salarial, restauraria o impasse de 1963, que conduziu a implantação da ditadura militar.

É evidente, pois, que a busca de soluções intermediárias, baseadas nos interesses dos setores burgueses mais frágeis, resulta impraticável ou é suscetível de conduzir em prazo mais ou menos curto, a classe operária e demais grupos assalariados a uma situação pior que a que se encontravam. Há que ressaltar, que isso não seria possível sem um endurecimento, todavia maior do aparelho de repressão e um agravamento do caráter parasitário que tende a assumir esses setores burgueses com relação ao Estado. Em outras palavras, uma política econômica pequeno-burguesa, nas condições vigentes no Brasil, exigiria muito provavelmente a implantação de um verdadeiro regime fascista.

Em qualquer caso, sem dúvida, não se estaria dando solução ao problema do desenvolvimento, que não pode ser tentada, como pretende a "burguesia nacional", impedindo a incorporação do progresso tecnológico estrangeiro e estruturando a economia com base em unidades de baixa capacidade produtiva. Para as grandes massas do povo, o problema está, inversamente, em uma organização econômica que não só admita incorporação do processo tecnológico e a concentração das unidades produtivas, como também se desenvolva sem que isso implique agravar a exploração do trabalho em âmbito nacional e subordinar definitivamente a economia brasileira ao imperialismo. Tudo está em tentar uma organização de produção que permita o pleno aproveitamento do excedente criado, quer dizer que aumente a capacidade de emprego e produção dentro do sistema, elevando os níveis de salários e de consumo. Como isso não é possível no âmbito do sistema capitalista, não resta ao povo brasileiro, senão um caminho: o exercício de uma política operária de luta pelo socialismo.

Aos que negam à classe operária do Brasil a maturidade necessária para isso, a análise da dialética do desenvolvimento capitalista no país oferece rotunda resposta. Têm sido, com efeito, as massas trabalhadoras que, com seu movimento próprio e independente das palavras de ordem reformistas que recebiam de suas direções, fizeram ruir as articulações do sistema e determinaram seus limites. Levando adiante suas reivindicações econômicas, que repercutiram nos custos de produção industrial, e atraindo-se a solidariedade das classes exploradas num vasto movimento político, o proletariado agudizou a contradição surgida entre a burguesia e a oligarquia latifundiária-mercantil e impediu à primeira o recurso às inversões estrangeiras, forçando-a a buscar o caminho do desenvolvimento autônomo. Se ao final, a política burguesa não conduziu senão para a capitulação e, mais que isso, para a reação, foi porque na verdade já não existe para a burguesia a possibilidade de conduzir a sociedade brasileira para formas superiores de organização e de progresso material.

O verdadeiro estado de guerra civil implantado no Brasil pelas classes dominantes, da qual a ditadura militar é a expressão, não pode ser superada mediante fórmulas de compromisso com algumas camadas burguesas. A iniquidade desses compromissos frente a marcha implacável das contradições que coloca o desenvolvimento do sistema, impulsiona necessariamente a classe operária para as trincheiras da revolução. Por outro lado, o caráter internacional que a burguesia subimperialista pretende imprimir à sua exploração identifica a luta de classes do proletariado brasileiro com a guerra antiimperialista que se alastra no continente.

Mais que uma redemocratização e uma renacionalização, o conteúdo da sociedade que surgirá desse processo será o de uma nova democracia e de uma nova economia, abertas à participação das massas e voltadas para a satisfação de suas necessidades. Nesse âmbito, as camadas inferiores da burguesia encontrarão, se quiserem e em caráter transitório, um papel a desempenhar. Criar esse quadro e dirigir sua evolução é, sem dúvida, uma tarefa que nenhum reformismo poderá subtrair à iniciativa dos trabalhadores.

Trabalho publicado em Ruy Mauro Marini, *Subdesarrollo y revolución*, México, Siglo XXI, 12ª edición, 1985, pp. 2-105. Disponível em espanhol em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/03dialectica.pdf> Digitalizado com base na versão em português constante do livreto "Problemas e perspectivas do desenvolvimento brasileiro", Editorial Vesper, S. Paulo, dez/1971.

Este documento encontra-se em
www.centrovictormeyer.org.br
